

RELATÓRIO

PERFIL DOS DELEGADOS DO 30º CONGRESSO DO ANDES-SN

Darcilene Claudio Gomes - Edilson José Graciolli - Leonardo Barbosa e Silva
Patrícia Vieira Trópia - Sidartha Sória e Silva

Introdução

O ensino superior mudou muito no Brasil nas duas últimas décadas. As razões para tantas mudanças são de diferentes ordens, a começar pela própria legislação educacional brasileira alterada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 9394/96). Além da LDB, deve-se considerar o crescimento do ensino superior privado, as políticas implementadas pelo Governo Lula (PROUNI, Lei de Inovação tecnológica, SINAES, parceria público privada, Ead, REUNI, novo ENEM e a proposta de Universidade Nova), a influência das pedagogias do aprender a aprender, as expectativas, algo pragmáticas, de parte da juventude e da própria sociedade face à universidade. Ademais, a adoção de novas formas de gestão do Estado, consubstanciadas pela reforma administrativa, também impacta nas universidades, seja porque há no governo FHC um contingenciamento de pessoal, seja porque no governo Lula, embora tenha crescido o número de servidores, aumentaram as formas de contratação precárias (MATTOS et alli, 2009).

Todos estes fatores rebatem, evidentemente, nas instituições de ensino superior, públicas e privadas, em especial nas universidades públicas federais e nas condições de trabalho dos professores que são, hoje, mais precárias, cujos salários são mais baixos e cujas exigências de produtividade se avolumam. Diante de todas estas mudanças e do cenário político ideológico que marca os governos FHC e Lula, o ANDES-SN emerge como um dos sindicatos mais ativos, no plano reivindicativo e político.

Se na década de 1990, o ANDES-SN torna-se uma força social e política ativa diante das políticas implantadas pelo governo FHC, que, como é amplamente sabido, congelou salários do funcionalismo público durante 7 anos e alterou a carreira dos docentes das universidades federais - gerando, com isso, uma mobilização sindical histórica por parte das universidades federais -, durante o governo Lula a situação também foi conflitiva, a julgar pela mobilização dos servidores públicos federais contra a Reforma da Previdência em 2003, pelas dificuldades encontradas em dialogar e avançar as reivindicações do movimento docente junto à Mesa Nacional de Negociação, bem como pelo enfrentamento do ANDES-SN às propostas de reforma sindical e trabalhista que levaram ao reconhecimento das centrais. Ademais, durante o governo Lula foram deflagradas 4 greves, uma das

quais considerada a mais longa, a de 2005, cuja principal reivindicação foi a defesa do caráter público das universidades. Neste sentido, é possível verificar reações e tensões entre este sindicato e o Governo Lula durante todos os dois mandatos, reações não apenas às políticas privatistas no campo educacional e mais geral, mas também à política salarial e trabalhista.

Embora exista hoje, sobretudo em função do trabalho de pesquisa realizado no âmbito do próprio ANDES-SN, uma bibliografia que discuta o impacto das políticas educacionais realizadas pelos últimos governos no meio docente, não temos ainda uma percepção clara da base do sindicato sobre o significado político-ideológico destas mudanças. Diante disso realizou-se trabalho de campo com a intenção de conhecer mais profundamente como os próprios professores percebiam tais mudanças.

A forma como os professores do ensino superior brasileiro, filiados ao ANDES-SN, percebem tais mudanças não é homogênea. Trabalhamos com a hipótese segundo a qual as representações que os docentes fazem de seu trabalho, de sua profissão, das políticas governamentais e do próprio movimento sindical podem ser compreendidas em função da combinação de alguns fatores, tais como a área do conhecimento em que se situam, do caráter público ou privado das instituições, a origem e a situação de classes, a situação de trabalho dos docentes (estatutários, celetistas), o nível salarial, a titulação, entre outros aspectos.

A equipe da pesquisa optou por realizar o *survey* com os professores durante o 30.º Congresso do ANDES-SN, realizado em Uberlândia, cidade de Minas Gerais. O tema do Congresso foi “Universidade Pública – Trabalho Acadêmico e Crítica Social”. Estiveram presentes 292 delegados e 41 observadores, representando docentes de 61 Seções Sindicais, e dois convidados, os quais definiram como eixo central de suas lutas a “defesa do ANDES-SN como instrumento dos docentes na construção da universidade pública e das condições de trabalho, a partir da intensificação do trabalho de base na categoria, fortalecendo e ampliando a unidade com o movimento classista a autônomo” (ANDES-SN, 2011a)¹.

¹ Esse Congresso retomou, de forma sistemática, um tema que, na prática, estava em segundo plano na agenda do sindicato, o da carreira docente. Durante o ano que o antecedeu, algumas seções sindicais (como a ADUFU-SS, ADFPR-SS, ADFPEL-SS) tensionaram no âmbito do Setor das Federais do ANDES-SN essa retomada, logrando, no evento em Uberlândia, uma atualização do Projeto de Lei de Reestruturação da Carreira Docente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), balizamento para que as negociações com o Governo Federal acerca desse tema fossem empreendidas pela Diretoria Nacional da Entidade. Outro ponto que, após anos de tentativas não conclusivas, foi objeto de deliberação foi o Plano de Comunicação do Sindicato. Entretanto, a deliberação central do 30º Congresso foi a filiação do ANDES-SN à CSP-Conlutas (Central Sindical Popular Conlutas), resultado da extinção da Conlutas e da criação, em seu lugar, dessa nova entidade, alvo de intensas polêmicas no Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), realizado em junho de 2010, em Santos. Os delegados que se posicionaram contrariamente a essa filiação levaram, fundamentalmente, a argumentação segundo a qual a base da categoria docente não havia debatido suficientemente a proposta, ao passo que os apoiadores da tese dessa filiação, tendo

Por meio do *survey*, procurou-se conhecer quem eram os participantes do 30º. Congresso do ANDES-SN, qual era o seu perfil social e econômico, quais eram as suas trajetórias profissionais e sociais, quais eram as suas condições de trabalho e, finalmente, que percepções eles teriam do sindicalismo e da política brasileira em geral. Este relatório traz os resultados da pesquisa realizada com os professores presentes no congresso do ANDES-SN.

O relatório está dividido em quatro itens. No primeiro apresentam-se os objetivos e justificativa da pesquisa. Apresenta-se também informações gerais sobre o *survey*, destacando os aspectos metodológicos que nortearam a elaboração e aplicação do questionário. O segundo item informa os achados sobre o perfil socioeconômico e político ideológico dos participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN. O item três detalha os dados coletados sobre as condições de trabalho nas IFES, segundo a percepção dos entrevistados. Por fim, o item quatro traz o perfil das seções sindicais filiadas ao ANDES-SN.

1. A pesquisa e o *survey*

O objetivo deste relatório é analisar os dados levantados por meio de um *survey* aplicado aos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN. Com a pesquisa intitulada “PERFIL DOS DELEGADOS DO 30º CONGRESSO DO ANDES-SN” procurou-se traçar o perfil sócio econômico e político e ideológico dos (as) delegados/as e das organizações participantes no Congresso. Uma equipe composta por pesquisadores da Universidade Federal de Uberlândia e da Fundação Joaquim Nabuco foi responsável pela realização do *survey*².

O questionário foi composto por 91 perguntas. De um total de 333 participantes que eram alvo da pesquisa, dentre os quais 292 eram delegados e 41 observadores, conseguiu-se aplicar o questionário a 202 deles, de tal modo que nossa amostra representa 66,7% do total. O questionário foi entregue a todos os delegados e observadores, sendo que 178 delegados, 22 observadores e 2 pesquisados que não se identificaram devolveram-no. Todavia, como estes dois pesquisados eram

a Diretoria Nacional à frente, entendiam que o debate ocorrera e que havia legitimidade para a decisão ser tomada em Uberlândia. A votação apresentou como resultado 134 votos favoráveis, 39 contrários e 26 abstenções. Segundo a própria Diretoria Nacional, a CSP-Conlutas seria um “instrumento superior da classe trabalhadora”, cabendo ao ANDES-SN papel decisivo em sua consolidação. Também foram aprovados Planos de Lutas para os três setores que compõem o ANDES-SN (Setor das Federais, Setor das Estaduais e Setor das Instituições Privadas).

² A equipe responsável pela pesquisa de campo foi composta pelos seguintes alunos dos cursos de Ciências Sociais e História da Universidade Federal de Uberlândia: Camila Souza, Ricardo Takayuki, Flávia Medeiros, Marcos Willian Oliveira, Janine Mayle Bell e Renata Goncalves Silva. Coordenaram a pesquisa de campo os professores Leonardo Barbosa e Silva e Patrícia Vieira Trópia.

membros de diretorias de Seções sindicais do ANDES-SN, acreditamos que o fato de não terem se identificado se deve a uma distração ou outra razão secundária e não pelo fato de serem convidados supostamente externos ao movimento docente. Por isso, a amostra de natureza não intencional acabou composta por 202 pessoas³.

Os três principais filtros da pesquisa diziam respeito à condição de participação no Congresso, à função dos delegados e observadores na entidade sindical de origem – ou seja se eram membros da diretoria ou da base – e, finalmente e à natureza da instituição de ensino em que trabalhavam.

Quanto ao primeiro filtro, buscou-se identificar a condição do participante no próprio Congresso, isto é, desejava-se saber se o mesmo era delegado ou observador/convidado. Percebe-se que aproximadamente 90% da amostra é constituída por delegados, 11% por observadores e 1% que não haviam respondido esta questão, conforme se pode atestar na Tabela 1. Em princípio a pesquisa estava voltada apenas aos delegados, todavia como todos os observadores, bem como aqueles que não responderam esta pergunta, também eram docentes, vinculados às Seções sindicais do ANDES-SN, decidimos incluí-los na amostra. Entendemos, ademais, que o fato de delegados e observadores terem sido escolhidos em assembleias realizadas pelas Associações Docentes não produziria nenhum desvio na amostra.

Tabela 1 – Condição dos participantes no Congresso do ANDES-SN - 2011

Condição	N.º	%
Delegado	178	88,1
Observador ou convidado	22	10,9
Não respondeu	2	1,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

A prática corrente no interior do movimento sindical para a escolha dos delegados passa por dois possíveis caminhos: o primeiro corresponde à indicação pela própria diretoria da Associação Docente (AD); a segunda exige a consulta às assembléias, nas quais o plenário delibera indicando os delegados restantes. Segundo os dados coletados, 72,3% dos participantes foram indicados pela base, enquanto 17,8% pela diretoria. Estes dados são relevantes por indicarem que o

³ Os questionários (202) foram enviados para a Fundação Joaquim Nabuco, em especial à Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Populacionais que foi responsável pela montagem do banco de dados e tabulação das informações coletadas (utilizou-se o software Statistical Package for the Social Sciences – SPSS). Este trabalho foi coordenado por Darcilene Gomes e pela equipe da Fundaj, equipe à qual agradecemos pela presteza e pela qualidade do trabalho.

número de delegados que foram indicados pela base expressa quase $\frac{3}{4}$ do público total de participantes do evento.

O segundo filtro da pesquisa dizia respeito à posição dos participantes da pesquisa nas entidades sindicais que representavam no 30º Congresso. Trata-se de uma variável importante para se compreender o comportamento e as orientações dos docentes pesquisados, afinal parte-se da hipótese segundo a qual pode haver diferenças importantes entre base e direção sindical, dadas as características da democracia representativa, bem como do sindicalismo brasileiro. Haveria, no caso do ANDES-SN, grandes disparidades entre lideranças e base?

A amostra da pesquisa apresenta, assim, a seguinte configuração: 44,1% dos participantes não eram membros da diretoria, enquanto 53% faziam parte da diretoria das Associações Docentes (Tabela 2). Trata-se assim, com todo rigor, de um Congresso com ligeira predominância de quadros sindicais em relação à base docente. Ou dito de outro modo, não se trata de um Congresso exclusivamente de cúpula como costuma acontecer no sindicalismo brasileiro.

Tabela 2 – Posição dos participantes da pesquisa nas entidades sindicais representativas no Congresso do ANDES-SN – 2011

Posição	N	%
Não faz parte da diretoria	89	44,1
Faz parte da diretoria	107	53,0
Não sabe ou não respondeu	6	3,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Em relação à origem institucional, constata-se que 76,7% dos participantes do 30. Congresso do ANDES-SN representavam Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), outros 22,3% de instituições públicas municipais ou estaduais e, por fim, 1% instituições de ensino básico ou tecnológico. Não houve representação de docentes originários de instituições privadas (Tabela 3).

Tabela 3 – Natureza da instituição de origem - 2011

Instituição	N.º	%
Instituições Federais de Ensino Superior	155	76,7
Instituições de ensino públicas estaduais ou municipais	45	22,3
Instituições de ensino básico e tecnológico federais	2	1,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

A seguir será apresentado os perfis socioeconômico e político-ideológico levantados pela pesquisa.

2. Perfil dos Delegados do 30º Congresso do ANDES-SN

2.1. O perfil sócioeconômico dos participantes do 30º Congresso Nacional do ANDES-SN

No que tange ao perfil etário, a distribuição dos valores exprime a concentração das ocorrências entre 41 e 60 anos, alcançando 62,8%, enquanto os docentes até 40 anos são 20,8% do total, tal como demonstra a Tabela 4 e o Gráfico 1. A exposição dos números nos leva a crer que o processo de renovação é ainda minoritário, muito embora a presença de 20,8% de participantes na faixa dos 21 aos 40 anos seja um indicador importante, considerando-se que o ingresso de docentes na carreira universitária ocorra, em geral, após a titulação de doutor.

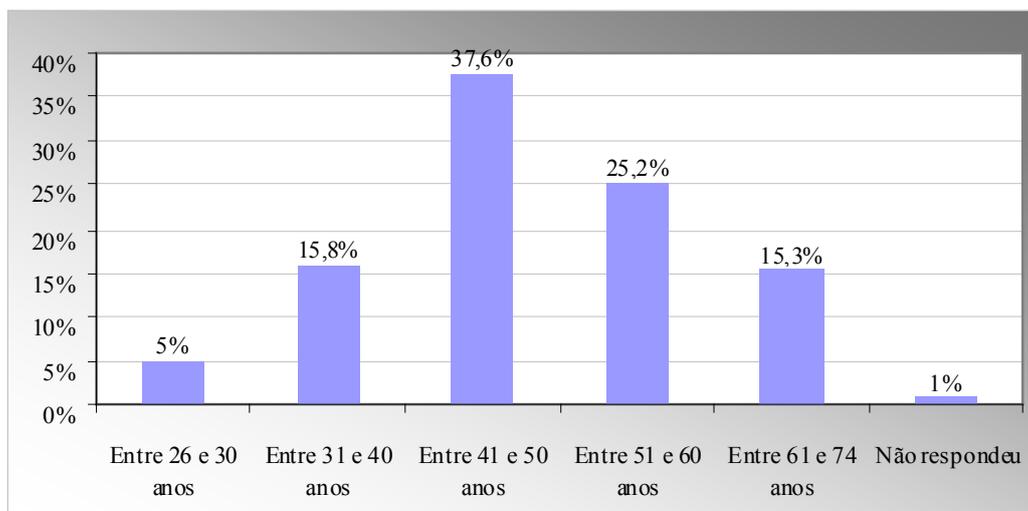
Cruzados os dados relativos à faixa etária com a posição ocupada na entidade representada, evidencia-se que 16,7% dos docentes mais jovens eram membros da diretoria.

Tabela 4 – Faixa etária dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN, - 2011

Por posição na entidade representada	Não é membro da diretoria	Membro da diretoria	Não respondeu	Total	%
Entre 26 e 30 anos	2	7	1	10	5,0
Entre 31 e 40 anos	20	11	1	32	15,8
Entre 41 e 50 anos	34	41	1	76	37,6
Entre 51 e 60 anos	20	31	0	51	25,2
Entre 61 a 74 anos	12	17	2	31	15,3
Não respondeu	1	0	1	2	1,0
Total	89	107	6	202	100,0
%	44,1	53,0	3,0	100,0	

Fonte: Pesquisa de Campo.

Gráfico 1 – Distribuição etária dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011



Fonte: pesquisa de campo.

Quando discriminados por sexo, constata-se que 2/3 dos entrevistados eram do sexo masculino, redundando no predomínio da participação masculina no debate sindical, tal como se pode notar na Tabela 5. A presença de 1/3 de mulheres não deixa de ser um dado significativo, considerando-se que a participação das mulheres, embora defendida e alvo inclusive de uma política deliberada de cotas, ainda é, nos Congressos sindicais, reduzida.

Bastante interessante, todavia, é a porcentagem de mulheres na direção das Associações docentes. Do total de mulheres participantes, 54% eram membros de diretoria. Do total de participantes que eram membros da diretoria, 33,6% eram mulheres, índice que pode ser considerado alto, quando comparado com cenário sindical brasileiro em geral.

Tabela 5 – Sexo declarado segundo a posição na entidade representada dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN, - 2011

Sexo	Não é membro da diretoria		Membro da diretoria		Não respondeu		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Masculino	60	67,4	71	66,4	4	66,7	135	66,8
Feminino	28	31,5	36	33,6	2	33,3	66	32,7
Não respondeu	1	1,1	-	-	-	-	1	0,5
Total	89	100	107	100	6	100	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Interessava à pesquisa, ainda na identificação do perfil socioeconômico dos participantes, a percepção da presença do marcador social “cor da pele”. Optou-se por utilizar a nomenclatura do IBGE, reconhecendo seus limites e a polêmica registrada. Com efeito, não foi inquirido ao entrevistado se o mesmo se reconhece em algum agrupamento étnico, mas como reconhece a pigmentação de sua pele, pois nos interessava identificar se o marcador “cor da pele” era também no movimento docente do ANDES-SN um diferenciador social.

Assim sendo, metade do público do congresso reconhece-se como branca, sendo que outros 35,6% aglutinam-se entre os não brancos. Esta frequência revela dois dados curiosos: a) primeiro deles revela um público cujo marcador social “cor da pele” preta é reduzido, ou seja 4,5%; b) o segundo revela uma disposição para negar a terminologia utilizada na pesquisa, provavelmente resultado de uma posição ideológica contra o marcador social “cor da pele” e favorável a outro vocabulário diferente daquele adotado pelo IBGE, mais próximo aos movimentos étnicos ou ao próprio movimento negro que reivindica, deste instituto, o marcador raça. O percentual de 15,3% da amostra “prefere não se classificar” e que, possivelmente se encaixe nas cores de pele “preta” e “parda” (Tabela 6). Diante das observações acima, pode-se dizer que os dados extraídos não podem ser rigorosamente considerados.

Tabela 6 – Cor de pele declarada pelos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Cor da pele	N.º	%
Branca	99	49,0
Parda	62	30,7
Preta	9	4,5
Amarela	1	0,5
Prefiro não me classificar	31	15,3
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

No que tange à organização familiar, os números indicam que o universo entrevistado organiza-se, aparentemente⁴, segundo o arranjo nuclear ou conjugal, isto é, constituem relações estáveis (formalizadas ou não), com a presença de filhos. Segue-se que quase 60% do público entrevistado possui laços matrimoniais formais ou constitui união estável, como demonstra a Tabela 7.

⁴ Pois não é possível conhecer com detalhes a composição do arranjo familiar.

Tabela 7 – Estado civil dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Estado civil	N.º	%
Solteiro	40	19,8
Casado ou vivendo relação estável	120	59,4
Viúvo	5	2,5
Separado ou divorciado	37	18,3
Não sabe/ não respondeu	0	0,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Da mesma forma, foi possível perceber, por meio da Tabela 8, que 77,2% dos (a) congressistas possuem filhos. Dentre estes, 92% têm até três filhos, sendo que aqueles que possuem 1, 2 ou 3 filhos alcançaram percentuais muito próximos. Entre os casados, 85% informou a existência de filhos (Tabela 8).

Tabela 8 – Número de filhos dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Número de filhos	N.º	%
Um	54	26,7
Dois	43	21,3
Três	41	20,3
Mais do que três	12	8,0
Não têm filhos	52	25,7
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Do universo daqueles que possuem filhos, optou-se por indagar acerca da natureza jurídica do estabelecimento escolar onde os filhos estudavam, ou seja, se estavam matriculados em instituições públicas ou privadas. Chegou-se à constatação de que a maioria relativa realizava seus estudos em escolas privadas (41%), tal como indica a Tabela 9.

Tabela 9 – Natureza jurídica das instituições de ensino em que se matricularam os filhos dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Número de filhos	N.º	%
Pública	47	30,1
Privada	64	41,0
Ambas	35	22,4
Não respondeu	10	6,4
Total	156	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Desejou-se, também, conhecer a situação patrimonial dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN e, para tanto, indagou-se sobre bens móveis e imóveis. Tal como demonstra a Tabela 10, 82,7% possuem automóvel próprio.

Tabela 10 – Propriedade de veículos automotores dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Possui veículo automotor?	N.º	%
Sim	167	82,7
Não	34	16,8
Não respondeu	1	0,5
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Para esse universo de proprietários foi também inquirida a quantidade de bens sob sua propriedade, solicitando que apontasse o número de veículos. A maioria (54,4%) respondeu possuir apenas um exemplar, com diferença significativa para as demais opções, como se pode conferir na Tabela 11.

Tabela 11 – Quantidade de veículos automotores sob propriedade dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Quantos veículos possui	N.º	%
Um	109	54,0
Dois	28	13,9
Três ou mais	6	3,0
Não possui/ não respondeu	58	29,1
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Seguindo a mesma linha, no que tange à propriedade residencial foram captados valores muito semelhantes àqueles das propriedades veiculares. Como demonstra a Tabela 12, quase 75% da amostra possui residência própria.

Tabela 12 – Propriedade residencial dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Possui residência própria	N.º	%
Sim	151	74,8
Não	51	25,2
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Entre os proprietários foi possível discriminar a quantidade de bens, revelando que a imensa maioria limita-se a um único exemplar. Desse modo, percebe-se que, da totalidade da amostra, 47% encontra-se nesta condição e, por outro lado, excluindo aqueles que não possuem, não sabem ou não responderam, esse valor chega a 72,5% (Tabela 13). É preciso ressaltar que nas questões que implicavam o anúncio do número de bens (veiculares e residenciais), uma parte dos proprietários se reservou o direito a não externá-lo, provavelmente para preservar seu sigilo patrimonial.

Tabela 13 – Quantidade de residências sob propriedade dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Quantos residências possui	N.º	%
Uma	95	47,0
Duas	24	11,9
Três ou mais	6	3,0
Não possui/ Não sabe/ não respondeu	77	38,1
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Por seu turno, os participantes do Congresso foram indagados sobre sua formação e atuação profissional. Constata-se que a maioria dos entrevistados (43,6%) possui o mestrado como último nível de titulação, seguido de perto por aqueles que se doutoraram (46,5%). Juntos, mestres e doutores somam 90,1%. Os demais níveis são pouco representativos, visto que os graduados não superam 1%, e especialistas alcançam o índice de 8,9%, como demonstra a Tabela 14. A mesma tabela também desagrega os dados de titulação por participação na direção

do sindicato. Observa-se que a maioria dos entrevistados que ocupam o cargo de presidente e vice presidente declararam possuir o título de doutor.

Tabela 14 – Titulação dos docentes entrevistados segundo posição na entidade representada no 30.º Congresso do ANDES-SN - 2011

	Titulação					Total
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Doutorado e Pós-doutorado	
Não faz parte da diretoria	1,1	10,1	39,3	41,6	7,9	100,0
Presidente		4,5	36,4	50,0	9,1	100,0
Vice Presidente		7,1	28,6	42,9	21,4	100,0
Secretário geral		12,5	37,5	37,5	12,5	100,0
Tesoureiro		5,9	64,7	23,5	5,9	100,0
Diretor	2,9	2,9	55,9	29,4	8,8	100,0
Suplente de diretor			80,0	20,0		100,0
Delegado sindical		28,6	28,6	28,6	14,3	100,0
Não sabe/ não respondeu		33,3	33,3	33,3		100,0
Total	1,0	8,9	43,6	37,6	8,9	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Cabe mencionar que o percentual de mestres e doutores aferidos na pesquisa é superior ao observado no conjunto das instituições federais de ensino superior, com distribuição distinta entre mestres e doutores. Segundo dados do INEP (2009), 83,1% das funções docentes nas instituições federais eram ocupadas por mestres e doutores, sendo 26,8% de mestres e 54,3% de doutores.

Estava entre os interesses da pesquisa, perceber a mobilidade dos docentes pesquisados pelas áreas do conhecimento, visto que a trajetória acadêmica poderia revelar algum nível de deslocamento. Deste modo, propôs-se comparar a área

do conhecimento do curso de graduação com a área de conhecimento da última titulação. Constatou-se que as graduações foram, predominantemente, cursadas nas ciências humanas (39,1%), seguida pelas ciências exatas (11,9%), ciências da saúde (11,4%) e sociais aplicadas 10,4% (Tabela 15).

Tabela 15 – Área do conhecimento do curso de graduação dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Titulação	N.º	%
Ciências Exatas e da Terra	24	11,9
Ciências Humanas	79	39,1
Ciências Sociais Aplicadas	21	10,4
Ciências Biológicas	12	5,9
Engenharias	15	7,4
Ciências Agrárias	18	8,9
Ciências da Saúde	23	11,4
Linguística, Letras e Artes	8	4,0
Multidisciplinar	2	1,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Quando o escopo é a área de conhecimento da última titulação, a hipótese levantada se confirma. Há migração dos docentes pesquisados para as Ciências Humanas, visto que quase todas as áreas sofrem reduções em seus percentuais, enquanto aquela se eleva para 46%, como se pode visualizar na Tabela 16.

Tabela 16 – Área do conhecimento da última titulação dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011 (continua)

Titulação	N.º	%
Ciências Exatas e da Terra	20	9,9
Ciências Humanas	93	46,0
Ciências Sociais Aplicadas	18	8,9
Ciências Biológicas	12	5,9

Fonte: Pesquisa de Campo.

Tabela 16 – Área do conhecimento da última titulação dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011 (conclusão)

Titulação	N.º	%
Engenharias	14	6,9
Ciências Agrárias	14	6,9
Ciências da Saúde	17	8,4
Linguística, Letras e Artes	6	3,0
Multidisciplinar	8	4,0
Total	202	100,0

A mesma mobilidade pode ser reconhecida levando em consideração não somente a trajetória da formação, mas combinando-a com a trajetória profissional, isto é, acrescentando como variável a área do conhecimento em que o entrevistado tem sua atividade profissional. Destarte, captura-se o movimento contrário. Há uma redução considerável no número daqueles que atuam nas ciências humanas (34,2%), tal como demonstra a Tabela 17. Merece destaque a identidade entre os dados de formação, titulação e atuação das engenharias, pois o percentual manteve-se inalterado em 6,9% para as três questões. Talvez por se tratar de uma área cujos conhecimentos específicos dificultem a interdisciplinaridade e, portanto, a mobilidade.

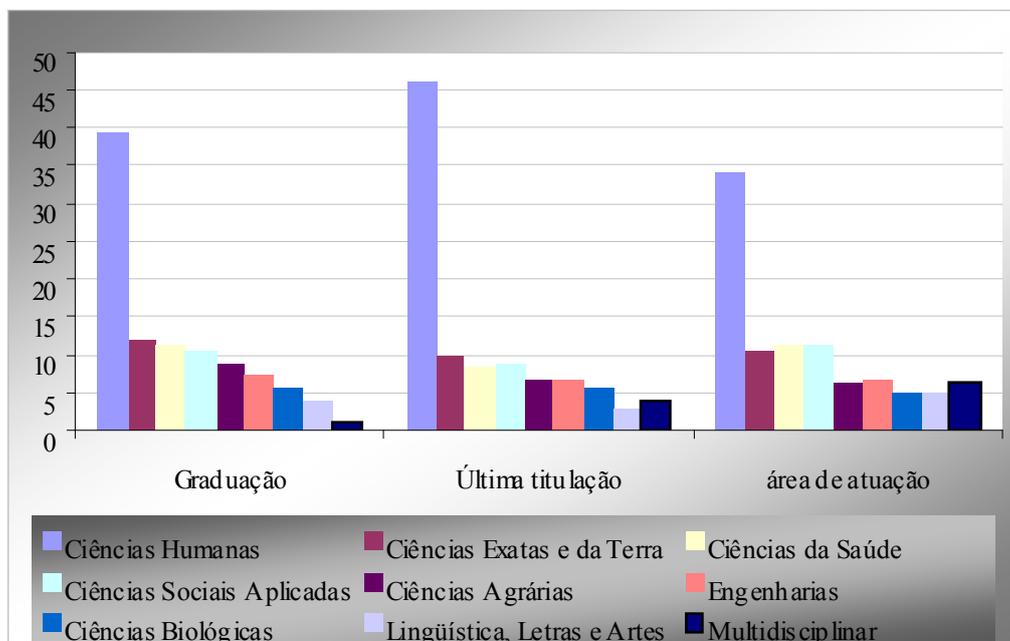
Tabela 17 – Área do conhecimento da atual atividade profissional dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Titulação	N.º	%
Ciências Exatas e da Terra	21	10,4
Ciências Humanas	69	34,2
Ciências Sociais Aplicadas	23	11,4
Ciências Biológicas	10	5,0
Engenharias	14	6,9
Ciências Agrárias	13	6,4
Ciências da Saúde	23	11,4
Linguística, Letras e Artes	10	5,0
Multidisciplinar	13	6,4
Não respondeu	6	3,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Combinando, portanto, as três informações (área de conhecimento da graduação, da última titulação e da atuação profissional), tem-se o Gráfico 2 a seguir.

Gráfico 2 – Área da graduação, área da última titulação e área de atuação profissional dos participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN, 2011



Fonte: pesquisa de campo

No que tange à mobilidade espacial, a amostra foi submetida a questões que indicavam a origem nacional e estadual, bem como a unidade da federação em que o docente reside atualmente. Os dados apontam que 98,5% dos participantes nasceram no Brasil, restando ainda um percentual muito pequeno para originários do Uruguai e da Argentina (Tabela 18).

Tabela 18 – Nacionalidade dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

País de nascimento	N.º	%
Brasil	199	98,5
Uruguai	1	0,5
Argentina	2	1,0
Não respondeu	0	0,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Daqueles que eram originários do Brasil, inquiriu-se sobre a unidade da federação na qual haviam nascido, bem como aquela em que hoje residiam. Cruzados os dados, foi possível perceber que São Paulo perdeu 7,4%, Minas Gerais 6,9%, Bahia 5,9%, Ceará 3%; Maranhão ganhou 11,2%, Amapá 3,5%; Conclui-se parcialmente por um deslocamento cuja direção origina-se das regiões mais ricas, exceção feita ao RJ, em proveito das menos ricas (Tabela 19).

Tabela 19 – Unidade da federação em que nasceu e reside e mobilidade espacial participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011 (continua)

Unidade da federação	N.º de nascidos	% de nascidos	Nº de residentes	% de residentes	Varição % nascidos-residentes
Alagoas	1	0,5	3	1,5	1,0
Amapá	2	1,0	9	4,5	3,5
Amazonas	8	4,0	12	5,9	2,0
Bahia	15	7,4	3	1,5	-5,9
Ceará	9	4,5	3	1,5	-3,0
Espirito Santo	5	2,5	4	2,0	-0,5
Goiás	2	1,0	2	1,0	0,0
Maranhão	2	1,0	26	12,9	11,9
Minas Gerais	18	8,9	4	2,0	-6,9
Mato Grosso do Sul	2	1,0	4	2,0	1,0
Pará	5	2,5	2	1,0	-1,5
Paraná	17	8,4	19	9,4	1,0
Paraíba	15	7,4	17	8,4	1,0
Pernambuco	7	3,5	11	5,4	2,0
Piauí	4	2,0	3	1,5	-0,5
Rio Grande do Sul	19	9,4	16	7,9	-1,5
Rio Grande do Norte	2	1,0	3	1,5	0,5
Rio de Janeiro	27	13,4	29	14,4	1,0
Rondônia	1	0,5	1	0,5	0,0
Roraima	1	0,5	3	1,5	1,0
Santa Catarina	4	2,0	2	1,0	-1,0
São Paulo	29	14,4	14	6,9	-7,4

Fonte: Pesquisa de Campo.

Tabela 19 – Unidade da federação em que nasceu e reside e mobilidade espacial participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011 (conclusão)

Unidade da federação	N.º de nascidos	% de nascidos	Nº de residentes	% de residentes	Varição % nascidos-residentes
Sergipe	3	1,5	6	3,0	1,5
Tocantins	3	1,5	0	0,0	-
Não respondeu	1	0,5	6	3,0	-
Total	202	100,0	202	100	-

A parte do questionário relativa à inserção socioeconômica constava ainda de questões que diziam respeito à ocupação, profissão, entre outras dimensões.

Em relação à ocupação principal, a pesquisa evidenciou que 82,7% dos delegados e observadores eram professores da rede pública do ensino superior, 3,5% da rede de educação tecnológica e 1,5% da educação básica (Tabela 20). Estes dados revelam um resultado em grande medida já esperado, afinal sabe-se que a principal base do ANDES-SN são as IFES, seguida das estaduais, com pequeníssima inserção no setor privado. Segundo dados divulgados pelo ANDES-SN, em sua página na Internet, 64 (59,3%) das Associações Docentes (ADs) são federais e 33 (30,6%) são estaduais, o que representa 90% do total das seções sindicais. Ainda de acordo com o ANDES-SN, 6 (5,6%) seriam privadas e 5 (4,6%) seriam mistas⁵.

Embora o perfil dos delegados e observadores se assemelhe ao perfil das Seções sindicais do ANDES-SN, chama nossa atenção a presença, algo significativa, de delegados aposentados, 11,4% do total.

Tabela 20 - Ocupação principal dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Ocupação principal	N	%
Professor do ensino superior da rede pública	168	83,2
Professor da rede de educação tecnológica	7	3,5
Professor da educação básica	3	1,5
Aposentado	23	11,4
Não sabe/ não respondeu	1	0,5
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

O período de inserção dos delegados e observadores do ANDES-SN nas instituições de ensino que representavam é outro dado importante. Afinal há que

⁵ Os dados relativos ao número de Associações Docentes podem ser obtidas na página do ANDES-SN na internet: www.andes.org.br, consultado em 20 de novembro de 2011.

se conhecer de qual “geração” advém os militantes do ANDES-SN, bem como saber se há, ou não, um processo de renovação de lideranças.

Considerando-se o ano de ingresso na instituição em que trabalham, observa-se que os delegados e observadores presentes ao 30º Congresso do ANDES-SN se inseriram em três conjunturas particularmente: a primeira onda de ingresso ocorre no final dos anos de 1970, no contexto de expansão do ensino superior na Ditadura Militar, inclusive quando são criadas algumas IFES; a segunda ocorre na primeira metade da década de 1990 e, a terceira, na última metade dos anos 2000, no contexto da expansão das universidades públicas e do REUNI durante o Governo Lula (Tabela 21).

Dentre estes três períodos, seguramente, o mais recente – entre os anos 2008 a 2010 – é aquele que concentra o maior número de delegados, cerca de ¼ do total. Ao cruzarmos o período de ingresso com a faixa etária, nota-se que, quanto mais jovens, mais recente é a inserção deles na carreira e, inversamente, quanto mais idosos, mais tardio foi o tempo de inserção na carreira.

Estes dados evidenciam que há, notadamente, uma nova geração de jovens militantes, por assim dizer, que se inseriram na carreira recentemente. Qual seria a origem destes militantes?

Tabela 21 - Período de ingresso na atual Instituição de Ensino dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

	De 1965 a 1970	De 1971 a 1980	De 1981 a 1990	De 1991 a 2000	De 2001 a 2010	Total
Entre 26 e 30 anos	-	-	-	-	100,0	100,0
Entre 31 e 40 anos	-	-	-	12,5	87,5	100,0
Entre 41 e 50 anos	-	-	9,2	53,9	36,8	100,0
Entre 51 e 60 anos	-	40,0	24,0	28,0	8,0	100,0
Entre 61 a 74 anos	20,0	40,0	33,3	6,7	-	100,0
Total	3,0	16,2	14,6	30,8	35,4	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Com o intuito de verificar algumas tendências relativas à mobilidade, indagou-se aos delegados e observadores se eles haviam feito sua formação (graduação e ou pós-graduação) em um estado diferente daquele em que, no momento da pesquisa, atuavam como professores. Do total dos entrevistados, 52,5% afirmou que sim, contra 46% que disseram que não – o que significa que pouco mais da metade dos delegados e observadores do Congresso migraram do estado onde se formaram.

Outro aspecto que a pesquisa procurou investigar dizia respeito às representações que os delegados e observadores faziam sobre sua profissão

e ocupação. Estas questões visavam captar *qual imagem social* os docentes constroem sobre o seu trabalho, imagem que não está desvinculada das próprias representações criadas e difundidas socialmente acerca do docente, do cientista e do servidor público.

Desta forma, indagados sobre o principal atrativo da carreira acadêmica, o ensino foi apontado por 38,6% dos delegados e observadores, enquanto a possibilidade de pesquisar foi indicada por 27,7% deles. O padrão salarial foi, por sua vez, apontado por apenas 5,4% do total dos entrevistados e a sobrevivência material por 5% (Tabela 22). Os resultados indicam que certas características do trabalho docente universitário – ensino, pesquisa, contato com os alunos – seriam mais atraentes do que a remuneração e o padrão salarial, propriamente ditos.

Tabela 22 - Motivo de ingresso dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN na carreira docente

Motivo	N	%
O ensino	78	38,6
A possibilidade de pesquisar	56	27,7
O contato com os alunos	18	8,9
O padrão salarial	11	5,4
A sobrevivência material	10	5,0
A pesquisa e o ensino	7	3,5
Liberdade e autonomia	4	2,0
Outro	4	2,0
As condições de trabalho	2	1,0
Não respondeu	12	5,9
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

O fato de alguns atributos da docência, em especial no ensino superior, terem sido mais atrativos do que o padrão salarial pode revelar mais apreço por uma situação de trabalho, onde predominam autonomia, inteligência, inventividade, características típicas do trabalho não manual. A valorização dos atributos da docência também predominou entre os pesquisados, quando indagados se estariam ou não satisfeitos com a carreira no ensino superior. Como veremos, a realização profissional e pessoal se sobrepôs à satisfação salarial.

Tratemos, inicialmente, do nível de satisfação dos pesquisados. A maioria absoluta se mostrou parcialmente satisfeita (53,5% do total). Somados àqueles se

disseram satisfeitos (29,2%), os dados revelam uma clara tendência à satisfação com a carreira no ensino superior (82,7% do total). Consideraram-na insatisfatória apenas 16,3% do total dos delegados e observadores (Tabela 23).

Tabela 23 - Nível de satisfação com a carreira dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN, por período de ingresso na IES

	De 1965 a 1970	De 1971 a 1980	De 1981 a 1990	De 1991 a 2000	De 2001 a 2010	Total
Sim	3,4	27,1	23,7	27,1	18,6	100,0
Em parte	0,9	15,7	10,2	32,4	40,7	100,0
Não	9,4	-	15,6	28,1	46,9	100,0
Total	3,0	16,6	15,1	30,2	35,2	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Os delegados e observadores que se declararam parcialmente satisfeitos – como vimos a maioria dos pesquisados –, ingressaram na universidade predominantemente nos últimos vinte anos. Muito embora aqueles que se declararam parcialmente satisfeitos vejam vantagens e desvantagens na carreira docente, não deixa de ser um dado intrigante que, entre eles, 32,4% tenha ingressado no período 1991-2000, período em que a política para o ensino superior do governo Fernando Henrique Cardoso fora desfavorável, seja do ponto de vista salarial, seja do ponto de vista do avanço da pesquisa, às universidades públicas. Mostraram-se satisfeitos com a carreira os delegados e observadores que se inseriram na Universidade nas décadas de 70, 80 e 90, enquanto que, entre os que se declararam insatisfeitos, há uma incidência maior de docentes que ingressaram nos anos 2000. Trata-se, assim, de um dado interessante que nossa pesquisa conseguiu captar, dado que pode indicar uma certa potencialidade nas novas gerações de docentes que ingressaram na universidade e que são base do ANDES-SN.

Do total de delegados e observadores que se disseram satisfeitos com a carreira, as razões apontadas pela maioria relativa dos pesquisados (36,2%) foram: realização pessoal, amor e gosto pela profissão. Por sua vez, a realização de atividades de pesquisa, ensino e extensão foi apontada por 27,7%; autonomia, liberdade e contato com pessoas foram as razões apontadas por 12,7%, enquanto a importância social da carreira por 6,4% (Tabela 24). Como se pode verificar, apenas uma pequena porcentagem dos pesquisados indicou salário, rendimento ou carreira como fundamento de sua satisfação com a carreira de docente. Estariam os docentes da base do ANDES-SN pessoal e profissionalmente satisfeitos, mas insatisfeitos com as condições materiais de seu trabalho?

Tabela 24 - Motivo de satisfação dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN com a carreira docente

Motivo	%
Realização pessoal, amor e gosto pela profissão	36,2
Pesquisa, ensino e extensão	27,7
Liberdade e autonomia no trabalho e contato com outras pessoas	12,7
Importância social	6,4
Condições de trabalho	2,1
Espaço de luta	2,1
Realização pessoal, estabilidade e remuneração	2,1
Pesquisa, ensino, extensão e contato com pessoas	2,1
Pesquisa, ensino, extensão e salário	2,1
Pesquisa, ensino, extensão e importância social	2,1
Liberdade, autonomia e estabilidade	2,1
Condições de trabalho e remuneração	2,1
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Para verificar se a renda era de fato uma variável não determinante, cruzamos o nível de satisfação dos delegados e observadores pesquisados com a faixa de renda percebida por eles. Como se pode verificar pela Tabela 25, o nível de satisfação com a carreira é maior entre aqueles que se situam na faixa entre R\$5.000,00 e R\$10.000,00; na mesma faixa de renda encontram-se a maioria daqueles delegados que manifestaram insatisfação com a carreira docente. Ao que tudo indica, a renda não é uma variável determinante do nível de satisfação com a carreira.

Tabela 25 - Nível de satisfação com a carreira por faixa de renda dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN (R\$)

	Sim	Em parte	Não	Total
Até 2500,00	0	2,9	0	1,6
Mais de 2500,00 a 5000,00	14,3	31,1	27,3	25,5
Mais de 5000,00 a 10000,00	64,3	52,4	63,6	57,8
Mais de 10.000,00	21,4	13,6	9,1	15,1
Total	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

A situação de trabalho dos docentes foi outro eixo bastante explorado pelo *survey* realizado. Questões relativas a contrato, renda, origem social e situação de classe foram investigadas e os resultados alcançados foram os seguintes:

Indagados sobre sua situação contratual, 87,6% afirmaram ser estatutários, 0,5% substitutos, 1% celetistas e 10,9% aposentados (Tabela 26).

Tabela 26 - Tipo de contrato dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN

	N	%
Estatutário	177	87,6
CLT	2	1,0
Estou aposentado	22	10,9
Substituto	1	0,5
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Do total de delegados e observadores estatutários, 87,1% eram contratados em regime de dedicação exclusiva (regime de dedicação característica das IFES), 4,5% RDIDP (que é o regime de dedicação exclusiva das estaduais paulistas) – o que indica que 92,2% dos estatutários são contratados para desenvolver atividades de pesquisa, ensino e extensão por tempo integral. Apenas 6,8% eram estatutários em regime horista (Tabela 27).

Tabela 27- Regime de trabalho dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN, por natureza da IES

	IES			Total
	IFES	estaduais/ Municipais	Instituições de ensino básico e tecnológico federais	
Estatutário em Dedicação Exclusiva	127	35	2	164
Estatutário em Regime de 40 horas	4	5	0	9
Estatutário em Regime de 20 horas	2	1	0	3
Não sabe/ não respondeu	1	0	0	1
Total	134	41	2	177

Fonte: Pesquisa de Campo.

A renda mensal bruta dos delegados e observadores do 30º Congresso do ANDES-SN variou muito. O intervalo entre o pior e o melhor salário é bastante largo, muito embora a maioria absoluta dos delegados e observadores esteja situada na faixa salarial entre 5.000,00 e 10.000,00. A renda média dos pesquisados era de 7.273,00.

Tabela 28 - Faixa de renda dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN

Faixa salarial	N	%
Até 2500,00	3	1,5
Mais de 2500,00 a 5000,00	50	24,8
Mais de 5000,00 a 10000,00	112	55,4
Mais de 10.000,00	29	14,4
Não respondeu	8	4,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Indagados se recebem algum tipo de bolsa, além dos salários, 86,1% dos delegados observadores responderam não e 12,9% responderam sim. Este parece um dado bastante interessante a respeito da base do ANDES-SN, na medida em que pode indicar uma relação, embora não mecânica, entre situação de trabalho e comportamento político. É plausível supor que docentes mais envolvidos com a carreira de pesquisa, financiados por agencias de fomento e na condição de bolsistas, seriam menos impelidos à luta sindical.

Com o intuito de complementar o perfil socioeconômico, indagou-se aos pesquisados sobre a origem social dos pais, bem como sobre a percepção que tinham de seu padrão de vida, relativamente ao padrão de sua família de origem.

No que diz respeito à profissão dos pais ou responsáveis pela criação dos pesquisados, a pesquisa revela que 49% deles eram filhos de trabalhadores assalariados não-manuais e 25,2% de pequenos proprietários – o que indica que a maioria dos delegados e observadores tem uma origem de classe média, seguida de uma origem pequeno-burguesa. Do total de pesquisados 17,9% tinham pais ou responsáveis operários. Por sua vez, apenas 1,5% eram filhos de empresários (Tabela 29).

**Tabela 29 - Profissão dos pais ou responsáveis pela criação dos participantes do 30º.
Congresso Nacional do ANDES-SN**

	N	%
Trabalhador assalariado não -manual (escritório, comércio, funcionário público etc.)	99	49,0
Pequeno proprietário (dono de bar, de oficina, sitiante etc.)	51	25,2
Operário (trabalhador urbano manual)	36	17,8
Profissional liberal	7	3,5
Empresário	3	1,5
Assalariado rural	2	1,0
Outro	4	2,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Indagados sobre seu padrão de vida relativamente ao de seus pais, a pesquisa revela que 67,3% dos delegados e observadores percebiam que seu padrão de vida e de renda era superior ao de seus pais ou responsáveis; 20,3% teriam o mesmo padrão de vida e apenas 11,4% deles teriam um padrão de vida inferior (Tabela 30).

A pesquisa então capta dois indicadores importantes para compreendermos o perfil de classe dos delegados e observadores do ANDES-SN. O primeiro indicador diz respeito à origem familiar predominantemente de classe média e pequeno burguesa dos delegados e observadores. Uma das características das frações média e alta das classes médias é o investimento na educação de longo alcance de seus filhos – até o ensino superior - aspirando, com tal investimento, que eles superem a sua própria condição de classe (FORACCHI, 1965). A análise de Foracchi sobre as aspirações das famílias dos universitários seria pertinente no caso de nossa pesquisa? O segundo indicador captado pela pesquisa parece apontar, então, a pertinência da análise de Foracchi na medida em que, ao menos pela percepção da maioria de nossos pesquisados, eles teriam uma situação de classe superior à de seus pais. Muito embora também seja de classe média, a maioria dos delegados e observadores do ANDES-SN comporiam, supostamente em função do acesso à condição de docentes universitários, uma fração da classe média distinta e mais alta do que a de seus próprios pais.

Tabela 30 - Posição social dos participantes do 30. Congresso Nacional do ANDES-SN relativamente à família de origem

	N	%
Tem um padrão de vida e de renda superior ao dos pais	136	67,3
Tem o mesmo padrão de vida dos pais	41	20,3
Tem um padrão de vida e de renda inferior ao dos pais	23	11,4
Não respondeu	2	1
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

No próximo item, apresenta-se o perfil político ideológico dos participantes do 30º. Congresso do ANDES-SN.

2.2. Perfil político ideológico

Em relação ao perfil político ideológico dos observadores e delegados, nossa pesquisa captou algumas tendências interessantes: 52,5% deles nunca foram filiados a quaisquer partidos políticos, enquanto 24,8% deles afirmaram que, embora já tivessem sido filiados, no momento em que a pesquisa foi realizada não mantinham nenhum vínculo partidário. Em contrapartida, 21,8% estavam filiados a algum partido político.

Entre os participantes que eram filiados a partidos (N=44), 61,3% eram membros da diretoria - o que evidencia uma tendência à filiação partidária mais acentuada entre as lideranças sindicais das ADs, relativamente aos docentes de base.

Tabela 31 - Filiação partidária dos participantes do 30º. Congresso do ANDES-SN

	N	%
Sim	44	21,8
Não	50	24,8
Não, nunca fui filiado	106	52,5
Não respondeu	2	1,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

A quais partidos os delegados e observadores seriam filiados? A quais já teriam sido filiados?

Considerando-se aqueles delegados filiados a partidos políticos, os resultados encontrados foram os seguintes. Dentre estes, a maioria relativa seria filiada ao PT (29,5%), seguida do PSTU (27,3%) e depois do PSOL (25%). Se considerarmos o espectro partidário brasileiro, não deixa de ser um dado algo significativo o fato de 52,3% do total dos delegados com vínculos partidários estarem filiados a legendas de esquerda e que se definem como socialistas, como é o caso do PSOL e do PSTU. Outra questão importante é o fato de PSTU e PSOL serem legendas cuja atuação durante o governo Lula foi, fundamentalmente, de oposição. O período de filiação também é um dado interessante, na medida em que 47,4% dos delegados com vínculos partidários se filiaram nos anos 2000.

A filiação partidária é maior entre os membros da diretoria, relativamente à base, em todos os partidos considerados, com exceção do PSTU, partido em que o número de filiados se divide em igual proporção entre dirigentes e base.

Tabela 32 - Legenda partidária dos participantes do 30º. Congresso, por posição na entidade representada- 2011

Partido	Não é membro da diretoria		Membro da diretoria	Total
	N			
PT	N	5	8	13
	%	29,4	29,6	29,5
PSTU	N	6	6	12
	%	35,3	22,2	27,3
PSOL	N	3	8	11
	%	17,6	29,6	25,0
PDT	N	-	2	2
	%	-	7,4	4,5
PPS	N	-	1	1
	%	-	3,7	2,3
PSDB	N	1	-	1
	%	5,9	-	2,3
PV	N	-	2	2
	%	-	7,4	4,5
PMDB	N	2	-	2
	%	11,8	-	4,5
Total	N	17	27	44
	%	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Dentre os delegados que já tiveram vínculos partidários, nada mais nada menos do que 71% foram filiados ao PT, 8,9% ao PSB, 8,8% a outras legendas de esquerda e 10% a demais legendas.

Em relação à preferência partidária, nossa pesquisa revela que 48% do total dos observadores e delegados pesquisados não têm preferência partidária.

Tabela 33 - Preferência partidária dos participantes do 30º. Congresso do ANDES-SN

Tem preferência por algum partido político?	N	%
Não	97	48,0
Sim	90	44,6
Não respondeu	15	7,4
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Dentre aqueles que tinham alguma preferência partidária (44,6% do total dos delegados e observadores), PSOL, PT e PSTU seriam os partidos preferidos – totalizando 70,5%. Observa-se que o espectro partidário preferido pelos delegados e observadores do ANDES-SN (PSOL e PSTU), observa-se claramente entre legendas socialistas (53,4%). Se ampliarmos o campo político partidário para legendas socialistas, de esquerda e trabalhistas identificamos nada mais nada menos do que 92,1% do total.

Tabela 34 - Preferência partidária dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN por legenda

Partido político	%
PSOL	23,9
PT	23,9
PSTU	22,7
Em partidos de esquerda ou trabalhistas	6,8
Em mais de um partido socialista	6,8
PV	5,7
PSDB	4,5
PDT	2,3
Outros	2,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

A opinião dos delegados e observadores participantes do Congresso do ANDES-SN acerca da atividade sindical também foi explorada por nossa pesquisa. Indagados sobre o papel dos sindicatos, 95% dos pesquisados acredita que os sindicatos devem manter autonomia em relação aos partidos políticos, enquanto 3,5% deles creem que os sindicatos devem atuar sempre em consonância com os partidos políticos.

Em relação à experiência político-sindical dos delegados e observadores do 30º Congresso do ANDES-SN, nossa pesquisa evidenciou que 65,3% deles já haviam participado de outros congressos, em contraposição a 34,2% que estariam, por assim dizer, debutando em congressos dos ANDES-SN (Tabela 35). Ou seja, mais de 1/3 do total dos delegados participavam pela primeira vez de um congresso do ANDES-SN.

Tabela 35 - Participação dos delegados e observadores no 30º Congresso Nacional do ANDES-SN em congressos anteriores do ANDES-SN

	N	%
Sim	69	34,2
Não	132	65,3
Não respondeu	1	0,5
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Indagados se já teriam participado anteriormente de outros congressos sindicais, 78,2% dos delegados e observadores responderam sim, enquanto 20,8% responderam que era a primeira vez que participavam de um congresso sindical. Este dado também é interessante para captar uma tendência que pode estar se evidenciando: uma “nova geração” de docentes que participariam pela primeira vez de um congresso sindical.

O voto nas eleições presidenciais de 2010 foi outro dado explorado pelo questionário. A candidata da coligação (PT, PC do B, PMDB, PDT, PTB), Dilma Rousseff, foi aquela que mais votos teria recebido dos participantes da pesquisa. Em seguida, o candidato preferido foi Plínio de Arruda Sampaio, com 22,7%, Marina Silva com 12,9% e Zé Maria, do PSTU, com 12,4% (Tabela 36).

Tabela 36 – Voto dos participantes do 30º. Congresso do ANDES-SN nas eleições presidenciais de 2010

Candidato (a)	N	%
Dilma Rousseff	56	27,7
Plínio de Arruda Sampaio	46	22,8
Marina Silva	26	12,9
Zé Maria	25	12,4
José Serra	20	9,9
Voto nulo	6	3,0
Voto em branco	2	1,0
Não votou	14	6,9
Outro candidato	4	2,0
Não sabe/ não respondeu	3	1,5
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Instigados a avaliar o governo Lula, os participantes do 30º Congresso do ANDES-SN assim se posicionaram: 44,1% considerou que o governo melhorou a condição de vida dos trabalhadores; enquanto 18,3% avaliou que a condição de vida dos trabalhadores piorou. Consideraram que a condição de vida dos trabalhadores não mudou 24,3% dos entrevistados (Tabela 37).

Segundo a pesquisa, a avaliação mais positiva do governo Lula em relação à condição de vida dos trabalhadores foi maior entre os eleitores de Dilma Rousseff, certamente. Do total de eleitores em Dilma, nada mais nada menos do que 78,5% opinaram que o governo Lula “melhorou as condições de vida dos trabalhadores” (Tabela 37).

Tabela 37 - Opinião dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN sobre a melhoria das condições de vida dos trabalhadores ao longo do governo Lula, por voto no 1º turno das eleições presidenciais de 2010 (continua)

	Melhorou		Piorou		Não mudou		Outra		Não sabe/ não respondeu		Total	
Dilma Rousseff	44	78,6	2	3,6	9	16,1	1	1,8	-	-	56	100
Plínio de Arruda Sampaio	13	28,3	11	23,9	13	28,3	6	13,0	3	6,5	46	100
Marina Silva	8	30,8	7	26,9	3	11,5	6	23,1	2	7,7	26	100

Tabela 37 - Opinião dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN sobre a melhoria das condições de vida dos trabalhadores ao longo do governo Lula, por voto no 1º turno das eleições presidenciais de 2010 (conclusão)

	Melhorou		Piorou		Não mudou		Outra		Não sabe/ não respondeu		Total	
Zé Maria	5	20,0	5	20,0	12	48,0	2	8,0	1	4,0	25	100
José Serra	9	45,0	5	25,0	4	20,0	1	5,0	1	5,0	20	100
Voto nulo	1	16,7	1	16,7	3	50,0	1	16,7	-	-	6	100
Voto em branco	1	50,0	1	50,0	-	-	-	-	-	-	2	100
Não votou	6	42,9	4	28,6	4	28,6	-	-	-	-	14	100
Outro candidato	1	25,0	1	25,0	-	-	2	50,0	-	-	4	100
Não sabe/ não respondeu	1	33,3	-	-	1	33,3	-	-	1	33,3	3	100
Total	89	44,1	37	18,3	49	24,3	19	9,4	8	4,0	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Ao avaliarem o governo Lula em relação aos movimentos sociais, 67,3% dos participantes opinaram que o governo Lula cooptou os movimentos sociais, 9,4% opinaram que o governo criminalizou os movimentos sociais e 9,9% que o governo negociou com os movimentos sociais (Tabela 38). Predomina, assim, uma opinião crítica em relação àquele governo.

Tabela 38 - Opinião dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN sobre a relação do governo Lula com os movimentos sociais

	N	%
O governo predominantemente criminalizou os movimentos sociais	19	9,4
O governo predominantemente negociou com os movimentos sociais	20	9,9
O governo predominantemente cooptou os movimentos sociais	136	67,3
Outra	11	5,4
Não respondeu	16	7,9
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Procurou-se, também, conhecer se os delegados e observadores participavam de outros movimentos sociais ou organizações políticas, além do movimento docente. O resultado é pouco expressivo na medida em que apenas 20,3% dos pesquisados participava de movimentos sociais ou políticos. Dentre aqueles que participam de outros movimentos ou de organizações políticas, 19,5% atuam em movimentos sociais urbanos e rurais, 24,4% nos movimentos negro, feminista ou GLBT e 24,4% seriam ativistas partidários.

O tempo de militância é uma variável interessante para se traçar o perfil político dos participantes do Congresso do ANDES-SN. É possível verificar pela Tabela 39, 27,7% tinham até 5 anos de militância na entidade sindical, 8,4% tinham entre 5 a 10 anos, 32,2% entre 11 até 20 anos e 28,7% mais de 20 anos – o que nos leva à conclusão de que 60,9% tinham mais de 10 anos de participação no sindicalismo.

Tabela 39 – Tempo de militância na entidade sindical, participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN, 2011

Período	%
Até 5 anos	27,7
Entre 5 e 10 anos	8,4
Entre 11 e 20 anos	32,2
Mais de 20 anos	28,7
Não sabe/ não respondeu	3,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Em relação à estrutura sindical, 94,1% dos participantes se posicionaram favoravelmente à autonomia e liberdade sindicais e 80,2% foram contrários à cobrança de contribuições compulsórias que sustentam a maioria dos sindicatos.

Indagados então sobre a forma de manutenção dos sindicatos, 73,3% dos participantes foram favoráveis apenas à cobrança de contribuições voluntárias, 15,8% à cobrança de contribuições voluntárias e compulsórias e 5,9% apenas à cobrança de contribuições compulsórias (Tabela 40).

Tabela 40 - Opinião dos participantes do 30º.Congresso do ANDES-SN sobre contribuição sindical (continua)

	N	%
Sou favorável apenas à cobrança de contribuições voluntárias	148	73,3
Sou favorável à cobrança de contribuições voluntárias e compulsórias	32	15,8

Tabela 40 - Opinião dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN sobre contribuição sindical (conclusão)

	N	%
Sou favorável apenas à cobrança de contribuições compulsórias	12	5,9
Não sabe/ não respondeu	10	5,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Procurou-se testar, com a pesquisa, a opinião dos participantes do Congresso sobre a unicidade sindical e sobre o PROIFES. Em relação a unicidade sindical, 74,3% dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN se posicionaram contrariamente à existência de mais de um sindicato que representasse os docentes do ensino superior diante dos governos. Em oposição, 22,8% opinaram favoravelmente à existência de mais de um sindicato, o que significa que menos de ¼ dos participantes apoiariam a pluralidade sindical. Embora nos documentos oficiais do ANDES-SN, a liberdade e a autonomia sindicais sejam defendidas, o apego à unicidade sindical fica evidente quando 67,3% afirmam que “os sindicatos devem ter registro sindical para atuar como representantes da categoria”, como se pode comprovar pela Tabela 41.

Tabela 41 - Opinião dos participantes do 30º Congresso Nacional do ANDES-SN sobre o registro sindical

	N	%
Os sindicatos devem ter registro sindical para atuar como representantes da categoria	136	67,3
Os sindicatos não precisam ter registro sindical para atuar como representantes da categoria	54	26,7
Não respondeu	12	5,9
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Em relação ao PROIFES⁶, a maioria dos participantes opinou que se trata de um sindicato criado pelo governo para dividir a categoria (53,5%). Opinaram que o

6 O PROIFES nasceu em 2004 a partir de um grupo dissidente do ANDES-SN. Em 2008 foi criado o PROIFES-Sindicato (de abrangência nacional). Em 2012 inicia-se as atividades do PROIFES-Federação. A entidade atua de forma mais pragmática, busca defender demandas concretas e mais imediatas dos professores das instituições federais de ensino superior (sua base). Segundo os números aproximados apresentados por Philippi; Lisboa (2011), o PROIFES representa pouco mais de um terço dos professores das IFEs.

PROIFES é uma entidade não sindical que expressa concepções da categoria 19,8% dos participantes, enquanto 13,9% afirmaram que o PROIFES é um sindicato que expressa uma corrente da categoria. Este resultado revela que 33,7% compreendem que o PROIFES tem representatividade, na medida em que expressa interesses dos docentes. Todavia, a maioria tendeu a interpretar o PROIFES de uma perspectiva maniqueísta, resultante de uma intencionalidade meramente divisionista por parte do governo (Tabela 42).

Tabela 42 - Opinião dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN sobre o PROIFES

	N	%
O Proifes é um sindicato criado pelo governo para dividir a categoria	108	53,5
O Proifes é uma entidade não sindical que expressa concepções da categoria	40	19,8
O Proifes é um sindicato que expressa uma corrente da categoria	28	13,9
Outra	4	2,0
Não respondeu	22	10,9
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Instados a opinar sobre a luta do ANDES-SN pelo registro sindical - registro que garante o monopólio da representação sindical -, impedindo oficialmente a existência de outra entidade que represente a categoria docente, 83,7% dos participantes concordaram com esta luta (Tabela 43).

Tabela 43 - Opinião dos participantes do 30º. Congresso sobre a luta do ANDES-SN pelo Registro Sindical

	N	%
Concordo com esta luta do ANDES-SN	169	83,7
Discordo desta luta do ANDES-SN	25	12,4
Não sabe/ não respondeu	8	4,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Um dos efeitos perversos da estrutura sindical oficial, estrutura à qual a maioria dos participantes se manifestou favoravelmente, é o corporativismo. Este corporativismo, cujos efeitos são o isolamento das categorias de trabalhadores e a defesa de reivindicações restritas e específicas à profissão ou à atividade, se manifesta nas respostas dos entrevistados.

Inicialmente porque uma das alternativas de resposta, justamente aquela que indica uma ruptura com o corporativismo derivado da estrutura sindical – a alternativa segundo a qual “o ANDES-SN deveria se transformar em uma entidade representativa de todos os professores, independentemente do setor e do nível de ensino” – foi assinada por apenas 8,9% dos participantes do Congresso do 30º. Congresso. Em segundo lugar porque, muito embora 48,5% dos participantes tenham opinado que o ANDES-SN deveria representar “os docentes do ensino superior público e privado e do ensino básico e tecnológico”, 32,2% dos participantes defenderam uma restrição na base de representação do ANDES-SN, de tal modo que na visão destes participantes o ANDES-SN deveria representar “apenas os docentes do ensino superior” (21,3%) ou apenas os docentes do ensino superior e do ensino básico e tecnológicos públicos (10,9%), excluindo neste caso os docentes do ensino privado (Tabela 44).

Tabela 44 - Opinião dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN sobre a base de representação do ANDES-SN, 2011 (continua)

	N	%
Os docentes do ensino superior (Federais, estaduais/ municipais e particulares) e do ensino básico e tecnológico	98	48,5
Apenas os docentes do ensino superior	43	21,3
Apenas os docentes do setor público (federais e estaduais/ municipais) incluindo os do ensino básico tecnológico	22	10,9
O ANDES-SN deveria se transformar em uma entidade representativa de todos os professores, independentemente do setor e do nível de ensino	18	8,9
Apenas os docentes do setor público (federais e estaduais/ municipais) excluindo os do ensino básico tecnológico	15	7,4
Não respondeu	6	3,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Indagou-se aos participantes se o ANDES-SN deveria participar da Mesa Nacional de Negociação, espaço de luta que gerou, desde que foi inaugurada em 2003, muita polêmica em torno de sua eficácia. Todavia, 81,2% dos participantes

se manifestaram favoravelmente a esta forma de negociação entre servidores e governo – o que indica, ao menos para a base do ANDES-SN, que este espaço de negociação deve ser mantido. Ademais, as negociações entre o sindicato nacional e os governos devem, na opinião de 60,4% dos participantes, contemplar as principais reivindicações da categoria, enquanto para 30,7% dever-se-ia contemplar a totalidade das resoluções dos sindicatos (Tabela 45).

Tabela 45 – Opinião dos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN sobre a amplitude das negociações da entidade nacional, 2011

	N	%
Contemplar a totalidade das resoluções das instâncias do sindicato	62	30,7
Contemplar as principais reivindicações da categoria	122	60,4
Garantir reajustes salariais, ainda que aquém dos pretendido	12	5,9
Não respondeu	6	3,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Além de explorar a opinião dos participantes sobre a estrutura sindical, o PROIFES e a Mesa Nacional de Negociação, procurou-se captar qual concepção de luta sindical teriam os delegados e observadores. Nesta direção, 35,1% dos participantes opinaram que o sindicato deveria lutar por demandas relativas à melhoria das condições de trabalho, 28,2% por políticas e direitos sociais e 21,3% por salário e carreira (Tabela 46).

Estes dados não deixam de ser intrigantes, na medida em que, embora o movimento sindical lute no fundamental por melhorias salariais, a luta por demandas relativas às condições de trabalho e por políticas e direitos sociais tenha mobilizado a opinião de 63,3% dos participantes. Por que razões a maioria dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN afirma que o principal papel dos sindicatos é a luta por demandas relativas às condições de trabalho e por políticas e direitos sociais? Esta explicação pode ter relação com a condição de classe dos docentes, com a crescente precarização das condições de trabalho – que ficará evidenciada no próximo item –, com a perda dos direitos trabalhistas acumulada desde o governo FHC.

Tabela 46 - Opinião dos participantes do 30.º Congresso Nacional do ANDES-SN sobre o papel dos sindicatos, 2011

	N	%
Lutar por demandas relativas à melhoria das condições de trabalho	71	35,1
Lutar por políticas e direitos sociais	57	28,2
Lutar por demandas relativas à salário e carreira	43	21,3
Aliar-se a partidos na luta pela reforma e pela transformação	6	3,0
Transformação social	4	2,0
Outro	4	2,0
Não respondeu	17	8,4
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

3. Condições de trabalho dos docentes

As questões que serão descritas neste item tratam das condições de trabalho dos docentes do ensino superior segundo a perspectiva dos participantes do 30.º Congresso Nacional do ANDES-SN. O bloco contempla questões relativas à jornada de trabalho, infraestrutura e saúde.

Ao serem indagados sobre a ampliação da jornada de trabalho, 53,6% dos entrevistados afirmaram que o número de aulas tem se mantido. Para 43,6% o número de aulas tem crescido e 2,8% dos entrevistados não responderam ao questionamento (Tabela 47).

Tabela 47 – Percepção dos participantes do 30.º Congresso Nacional do ANDES-SN sobre o aumento do número de aulas - 2011

	N.º	%
Se mantido	96	53,6
Aumentado	78	43,6
Não sabe/ não respondeu	5	2,8
Total	179	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

A desagregação por setor mostra que percentual maior dos docentes das instituições estaduais/municipais de ensino superior indicou aumento do número de aulas: 44,4% contra 40% dos docentes das instituições federais de ensino superior. Os docentes das instituições de ensino básico e tecnológico federais

alegaram manutenção do número de aulas, mas cabe registrar que apenas dois entrevistados representavam o setor (ou 1% em relação ao total de questionários respondidos).

Ao cruzarmos a percepção dos pesquisados em relação às aulas com o tempo de vínculo com a instituição (Tabela 48), observa-se que a percepção segundo a qual o número de aulas tem aumentado é maior entre os docentes com tempo de atividade entre 11 e 20 anos. Dentre os docentes com mais de 21 anos de instituição, se for excetuado o percentual de não-resposta, 53,8% dos entrevistados manteve-se o número de aulas nos últimos anos e para 46,2% o número de aulas aumentou. Observa-se que para o grupo de docentes com até 10 anos na instituição houve percepção de aumento, mas para um percentual menor de entrevistados: 38,6%.

Tabela 48 - Percepção dos docentes entrevistados em relação ao aumento do número de aulas, por tempo de vínculo do docente - 2011

	Até 10 anos	De 11 a 20 anos	Mais de 21 anos
Se mantido	60	47,5	39,4
Aumentado	38,6	50,8	33,8
Não sabe / não respondeu	1,4	1,6	26,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Os dados apontam, ainda, uma percepção regionalmente diferenciada em relação ao acréscimo do número de aulas. Segundo os docentes entrevistados, o aumento do número de aulas foi mais percebido por aqueles que atuam na região Sul e menos entre os que atuam no Norte do país (Tabela 49).

Tabela 49 – Percepção dos docentes entrevistados em relação ao número de aulas, por região geográfica da instituição em que atuam - 2011

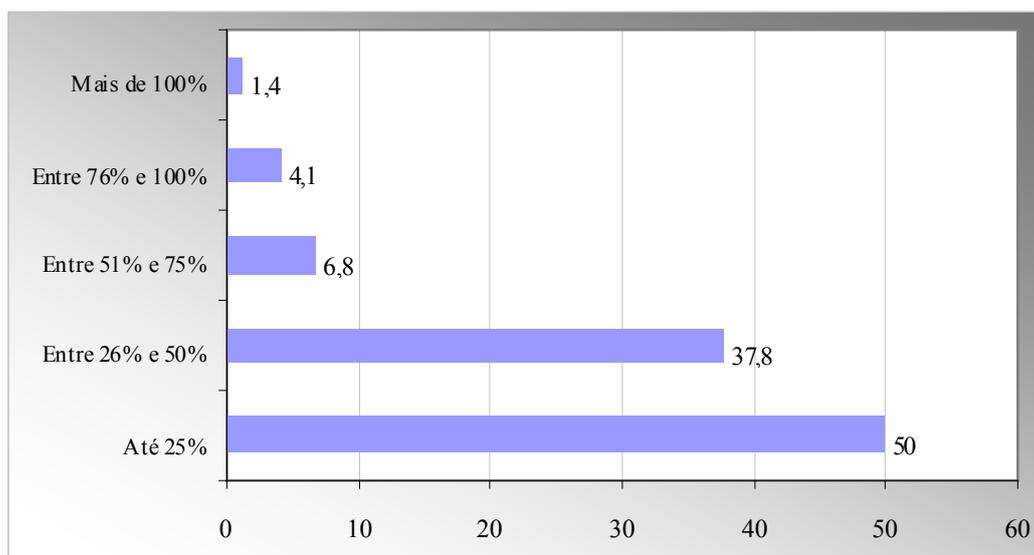
	Se mantido	Aumentado	Não sabe/ não respondeu	Total
Norte	73,9	26,1	-	100
Nordeste	54,7	45,3	-	100
Sudeste	52,3	41,5	6,2	100
Centro-Oeste	54,5	45,5	-	100
Sul	37,0	59,3	3,7	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Considerando as variáveis setor da instituição de atuação, tempo na instituição e região da instituição em que atua observou-se que a variável tempo na instituição foi a que apresentou maior correlação positiva com a percepção de ampliação da jornada medida pelo número de aulas.

Entre os docentes que observaram ampliação da jornada, mensurada pelo número de aulas, 47,6% informaram aumento de até 25%, 35,4% aumento entre 26% e 50% (Gráfico 3). Neste caso, não há diferenças significativas entre os docentes das universidades estaduais/ municipais e federais.

Gráfico 3 - Percentual de ampliação do número de aulas ministradas segundo a percepção dos docentes entrevistados - 2011



Fonte: Pesquisa de Campo.

A ampliação da jornada também pode ser avaliada segundo o número de alunos por turma. Turmas maiores implicam em maior carga de trabalho (com a

correção de provas, por exemplo) e maior desgaste (da voz, para manter a disciplina, entre outros). A pesquisa revela que foi próximo o percentual entre entrevistados que indicaram que o número de alunos por turma se manteve (47,5%) e aqueles que afirmaram que aumentou (46,9%) o número médio de alunos por turma. Apenas um entrevistado (0,6%) apontou diminuição do número de alunos por turma. Dos docentes pesquisados 5% não responderam à pergunta (Tabela 50).

Tabela 50 - Percepção dos docentes entrevistados em relação ao aumento do número de alunos por turma - 2011

	N.º	%
Se mantido	85	47,5
Aumentado	84	46,9
Diminuído	1	0,6
Não respondeu	9	5,0
Total	179	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

A percepção em relação ao aumento da jornada segundo o número de alunos também foi maior entre os docentes das instituições estaduais/municipais. Para 50% deles, o número médio de alunos por turma cresceu nos últimos oito anos, enquanto para 46,6% dos docentes das instituições federais de ensino o número médio de alunos por turma teria crescido nos últimos oito anos.

Por sua vez, a percepção sobre o aumento de alunos por turma foi maior entre os docentes com mais anos de atuação na instituição. Para 50% dos docentes entrevistados com até 10 anos de instituição, o número de alunos por turma se manteve nos últimos anos. Já entre os docentes entre 11 e 20 anos de atuação na instituição o mesmo percentual foi de 46,7% e de 44,9% entre os docentes com mais de 21 anos de atuação (Tabela 51).

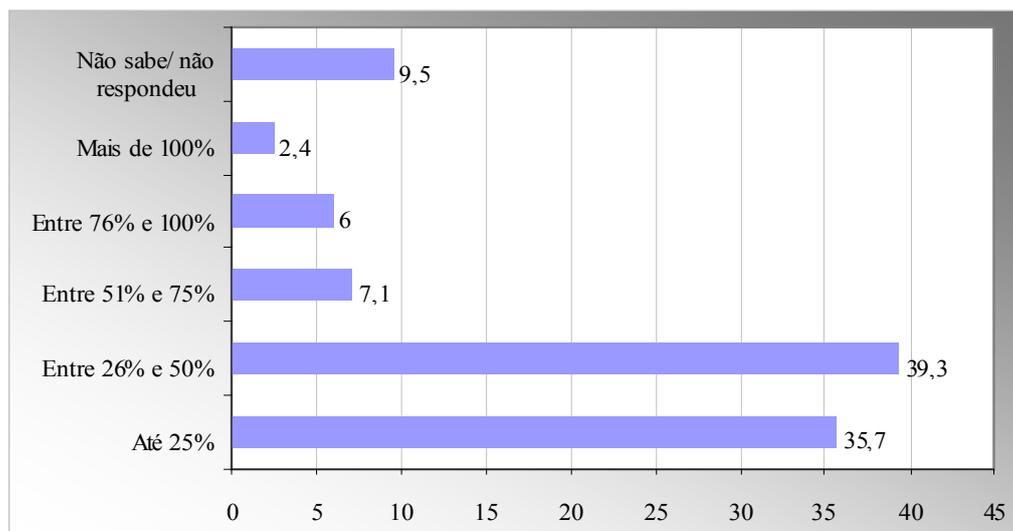
Tabela 51 – Percepção dos docentes entrevistados em relação ao número de alunos por turma, por tempo de atuação na instituição de ensino - 2011

	Até 10 anos	De 11 a 20 anos	Mais de 21 anos
Se mantido	50,0	46,7	44,9
Aumentado	44,3	50,0	46,9
Diminuído	1,4	-	26,8
Não sabe/ não respondeu	4,3	3,3	8,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Entre os docentes entrevistados que apontaram aumento no número de alunos, 75% informaram que o número médio de alunos aumentou em até 50%. Para 7,1% este aumento ficou entre 51% e 75%, para 6% o acréscimo ficou entre 76% e 100%. Aproximadamente 2% dos entrevistados relataram aumento de mais de 100%. O percentual daqueles que não responderam alcançou a marca de 9,5% (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Percentual de ampliação do número de alunos por turma, segundo a percepção dos docentes entrevistados – 2011



Fonte: Pesquisa de Campo.

Assim, sobre a ampliação da jornada de trabalho (considerando o número de horas-aula e de alunos por turma), observou-se que, embora não generalizada, há uma percepção significativa de aumento na carga de trabalho. Ao que parece, a percepção deste incremento é tanto maior quanto mais elevado é o tempo de vinculação institucional (que acaba se vinculando à idade do profissional). Em outras palavras, é possível que as políticas direcionadas ao ensino superior público nas duas últimas décadas, tanto em âmbito federal quanto estadual/municipal, tenham como resultado o aumento da jornada, sendo este mais perceptível para os docentes com mais tempo de atividade. Para os mais jovens, já acostumados ao ritmo do “capitalismo flexível”⁷ em sua face local, as jornadas mais longas ou mais intensas foram menos sentidas. Outra hipótese para a menor percepção dos mais jovens sobre a ampliação da jornada tem relação com a forma de ingresso no magistério superior, em geral realizada em instituições privadas de ensino⁸.

A pesquisa buscou informações sobre a infraestrutura disponível para a realização do trabalho docente e de pesquisa. Segundo 48% dos docentes as

⁷ Sennet, 2005.

⁸ Devido à escassez de concursos públicos (para docentes, em particular) ao longo dos anos 1990.

instalações como laboratórios, salas para grupos de pesquisa, núcleos e para atendimento de alunos são razoáveis (39,1%) ou adequadas (8,9%). Para 50,2% dos entrevistados as instalações são inadequadas ou sequer existem em suas unidades de ensino (Tabela 52).

Tabela 52 – Opinião dos entrevistados sobre a infra-estrutura (laboratórios, salas de grupos de pesquisa, núcleos e para atendimento de alunos) existente em suas instituições, 2011

	N.º	%
Razoáveis, mas devem melhorar	70	39,1
Inadequadas	67	37,4
Adequadas	16	8,9
Não existem	23	12,8
Não sabe/ não respondeu	3	1,7
Total	179	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Observa-se que os docentes com atuação nas regiões Norte e Nordeste informaram maior percentual de respostas “inadequadas” e “inexistentes” do que o verificado para as demais regiões. Enquanto no Norte e no Nordeste 60,8% e 58,5%, respectivamente, das instalações foram declaradas como sendo “inadequadas” ou “inexistentes”, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste o mesmo percentual foi de: 47,7%, 37% e 36,4%, respectivamente.

Observou-se, também, uma clara diferença das instalações disponíveis em relação ao tempo de atuação na instituição. Em geral, considerando a amostra dos entrevistados, pessoas com menos anos de atuação na instituição (são aquelas que ingressaram há menos tempo na carreira docente pública e que também são mais jovens) foram as que relataram maiores problemas nas instalações. Entre aqueles que possuem até 10 anos na instituição, 54,3% declararam que as instalações como laboratórios, salas para grupos de pesquisa, núcleos e para atendimento de alunos são inadequadas (32,9%) ou inexistentes (21,4%). O grupo que tem entre 11 e 20 anos de vínculo com a instituição considera que 45% das instalações são inadequadas e 5% que não existem instalações com esta finalidade. Entre os que atuam a mais de 21 anos na instituição, 34,7% consideram as instalações inadequadas e 5% inexistentes.

Ainda sobre a infraestrutura, um quesito foi destinado a avaliar, de acordo com a opinião dos entrevistados, as salas destinadas aos docentes. Segundo as informações aferidas no questionário, para 38% dos entrevistados as salas de professores são inadequadas e 14% informaram que não existem salas destinadas aos professores em suas instituições. Entre os entrevistados 11,7% e 35,2% (totalizando 46,9%) as avaliam como adequadas ou razoáveis, respectivamente. Os que não

responderam representam 1,1% dos entrevistados (Tabela 53). As instituições federais mereceram melhor avaliação por parte dos docentes entrevistados, o percentual de respostas “adequadas” ou “razoáveis” neste quesito foi de 48,1%, enquanto nas demais instituições o mesmo percentual foi de 43,1%.

Tabela 53 – Opinião dos entrevistados sobre a infraestrutura (salas de professores) existente em suas instituições, 2011

	N.º	%
Adequadas	21	11,7
Inadequadas	68	38,0
Razoáveis, mas devem melhorar	63	35,2
Não existem	25	14,0
Não sabe/ não respondeu	2	1,1
Total	179	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Da mesma forma que apontado no primeiro quesito sobre infraestrutura, entre os docentes com menor tempo de atuação na instituição foram encontrados os maiores percentuais de respostas “inadequadas” e “não existem”, 60%, em relação às salas de professores. Regionalmente também observou-se diferenças importantes. Os entrevistados que atuam nas regiões Norte e Nordeste informaram, respectivamente, que em 73,9% e 54,7% das instituições as salas de professores são inadequadas ou sequer existem. Para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul o percentual de respostas “inadequadas” e “inexistentes” foi: 40%, 36,4% e 40,7%.

Para finalizar o bloco que buscava informações sobre a infraestrutura, perguntou-se sobre os equipamentos e materiais disponíveis para a pesquisa nas instituições as quais os entrevistados estavam vinculados. Aproximadamente 13% dos entrevistados consideram os equipamentos e materiais disponíveis para pesquisa em sua instituição adequados, 31,8% consideram razoáveis. Para 41,3% os equipamentos e materiais disponíveis para a pesquisa são inadequados ou insuficientes e 8,9% dos entrevistados informaram que a instituição não disponibiliza equipamentos e materiais para a pesquisa acadêmica. Alguns docentes, 2,8%, informaram não realizar pesquisa em sua instituição. A questão não foi respondida por 2,2% dos entrevistados (Tabela 54).

Tabela 54 – Opinião dos entrevistados sobre a infraestrutura (equipamentos e materiais) existentes em sua instituição - 2011

	N.º	%
Adequadas	23	12,8
Inadequadas/Insuficientes	74	41,3
Razoáveis, mas devem melhorar	57	31,8
Não temos equipamentos para pesquisa acadêmica	16	8,9
Não realizo pesquisa na minha instituição	5	2,8
Não sabe/ não respondeu	4	2,2
Total	179	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

A desagregação por setor e tempo de vínculo com a instituição mostrou que em relação aos equipamentos e materiais disponíveis para a pesquisa as instituições não parecem diferir muito. Todavia, regionalmente, notou-se diferenças expressivas. Segundo 78,2% dos entrevistados da região Norte os equipamentos e materiais disponíveis na instituição para pesquisa são considerados insuficientes/inadequados, não existem ou que não se faz pesquisa na instituição. Para as demais regiões o mesmo percentual foi de: 54,7% no Nordeste; 46,2% no Sudeste; 45,5% no Centro-Oeste e 48,1% no Sul.

Outro aspecto importante no que diz respeito às condições de trabalho é o relacionado à saúde do trabalhador. A discussão e a adoção de políticas de atenção à saúde dos servidores públicos avançaram muito pouco no Brasil nas últimas décadas. Em âmbito federal, a partir de 2003, foram implementadas algumas ações, ainda pontuais, mas que buscam conformar um sistema próprio de atenção, promoção e acompanhamento da saúde dos servidores. Uma das primeiras medidas adotadas foi a regulamentação do dispositivo legal que institui a obrigatoriedade do exame médico periódico para os servidores públicos federais⁹. Os exames devem ser feitos a cada dois anos para os servidores com idade entre 18 e 45 anos, anualmente para os servidores com mais de 45 anos e a cada seis meses para categorias profissionais específicas. Apesar da regulamentação, a maioria, 74,4%, dos entrevistados vinculados a instituições federais de ensino superior afirmou não ter realizado o exame médico periódico em 2010 (Tabela 55). Apenas 19,5% se submeteram ao exame e 6% não responderam.

⁹ Decreto n.º 6.856/2009 regulamentou o Art. 206 da Lei n.º 8.112/90.

Tabela 55 – Docentes entrevistados, vinculados a instituições federais de ensino superior, por realização do exame médico periódico - 2011

	N.º	%
Sim	26	19,5
Não	99	74,4
Não sabe/ não respondeu	8	6,0
Total	133	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Entre os entrevistados que realizaram o exame médico, 58,3% utilizaram o serviço médico da própria instituição, 33,3% realizaram os exames na rede privada credenciada e 8,3% informaram ter realizado o exame em outros locais e 6,9% não responderam (Tabela 56).

Tabela 56 – Local de realização do exame médico periódico – 2011

	N.º	%
Pelo serviço médico da própria instituição	14	58,3
Na rede privada credenciada	8	33,3
Outro	2	8,3
Total	24	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Outra medida adotada no campo da saúde foi a instituição da universalidade do auxílio de saúde complementar aos servidores e seus dependentes¹⁰. Sobre o auxílio de saúde complementar, 48,1% dos docentes das universidades federais entrevistados informaram que o recebem sem qualquer dificuldade, 15,8% relataram alguma dificuldade para receber o benefício. 24,8% não recebem o benefício e 11,3% não responderam a questão (Tabela 57).

Tabela 57 – Recebimento do Auxílio de saúde complementar - 2011

	N.º	%
Sim, recebo sem qualquer dificuldade	64	48,1
Sim, mas tenho tido dificuldade	21	15,8
Não	33	24,8
Não sabe/ não respondeu	15	11,3
Total	133	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

¹⁰ Portaria Normativa n.º 3/2009.

Indagados sobre as razões pelas quais não receberam o benefício, salta aos olhos o percentual de pesquisados que afirmou desconhecer a lei, 17,5%. Outros 15% não solicitaram o benefício, 12,5% não possui plano de saúde. Outros motivos somam 10%. Não responderam 35% dos entrevistados (Tabela 58).

Tabela 58 – Motivo para não receber o auxílio de saúde suplementar - 2011

	%
Desconhece a lei	17,5
Não solicitou	15
Não tem plano de saúde	12,5
Professor substitutos	5
Usuário do GEAP	5
Outro	10
Não sabe/ não respondeu	35
Total	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Um dos temas mais debatidos entre os professores, a representação sindical e o governo é o da carreira docente. Desde as primeiras manifestações contra o regime militar, a instituição da carreira esteve no centro das reivindicações dos educadores vinculados às universidades federais. A criação, após anos de luta do movimento docente, do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Salários (PURCE), em 1987, representou a consolidação de uma carreira única para os docentes das universidades federais¹¹, garantindo que a progressão ocorresse por titulação e desempenho.

Desde aquele momento, os debates sobre a carreira não cessaram e questões como os critérios para ascensão funcional estão em permanente revisão. Atualmente, por exemplo, o governo federal discute com as entidades sindicais a reestruturação da carreira dos professores universitários¹².

¹¹ Durante o regime militar não existiam critérios claros para o ingresso e nem ascensão profissional dos docentes das instituições federais de ensino superior. Em relação às instituições, conviviam universidades federais com naturezas jurídicas distintas (autárquicas e fundacionais) e que, por seu turno, mantinham diferentes carreiras. Os salários eram melhores nas fundacionais, mas os docentes vinculados às universidades autárquicas gozavam de melhores condições em termos de benefícios previdenciários e estabilidade. O regime de contratação era o da CLT nas fundacionais e o estatutário nas autárquicas. Durante os anos de ditadura militar, a expansão da rede federal de ensino superior ocorreu através da criação unicamente de instituições fundacionais (Leher, Lopes; 2008).

¹² Como parte das negociações para por fim a greve de 2011, o governo federal publicou

Neste sentido, alguns quesitos do questionário aplicado aos participantes do 30.º Congresso Nacional do ANDES-SN foram elaborados buscando captar a opinião dos professores sobre aspectos relativos à carreira docente.

A maioria dos entrevistados (retirando-se os aposentados), 62,8%, mostrou insatisfação com a carreira docente. Para 21,1% o atual vínculo é melhor do que o anterior. Somente 11,7% dos docentes estão satisfeitos com a carreira escolhida e 4,4% preferiram não opinar (Tabela 59).

Tabela 59 – Satisfação dos entrevistados com a carreira docente - 2011

	N.º	%
Está insatisfeito	113	62,8
Considera melhor do que a situação de seu último vínculo empregatício	38	21,1
Está satisfeito	21	11,7
Não sabe/ não respondeu	8	4,4
Total	180	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

É interessante observar que a satisfação do docente entrevistado diminui conforme aumenta o tempo de vínculo com a instituição. Entre os entrevistados com até 10 anos de instituição, 48,6% declararam insatisfação com a carreira. Dos entrevistados com tempo de instituição entre 11 e 20 anos, 68,3% se declararam insatisfeitos. O percentual de insatisfeitos com mais de 21 anos de atuação na instituição foi de 76%. Cabe mais um registro sobre esse quesito, 42,9% dos entrevistados com até 10 anos de vínculo com a instituição considera a atual situação profissional melhor do que a experiência anterior.

A carreira docente, para 59,9% dos entrevistados, deve ser organizada por tempo de serviço, titulação e avaliação da produção acadêmica. Para 27,7% dos docentes simplesmente o tempo de serviço e a titulação deveriam ser observados. Somente o tempo de serviço foi considerado por 4% e apenas a avaliação por produção foi mencionada por 0,5% dos entrevistados. Outros critérios (ou a junção de vários deles) foram citados por 5,4% dos entrevistados. Não responderam ao questionamento 2,5% dos entrevistados (Tabela 60).

a Portaria n.º 2.836/2011 instituindo grupo de trabalho com o fito de discutir, com os representantes sindicais, a reestruturação da carreira dos docentes das IES federais.

Tabela 60 – Opinião dos entrevistados sobre a organização da carreira docente - 2011

	N.º	%
Por tempo de serviço, titulação e avaliação da produção acadêmica do docente	121	59,9
Por tempo de serviço e titulação	56	27,7
Apenas por tempo de serviço	8	4
Apenas por avaliação por produção	1	0,5
Outro	11	5,4
Não sabe/ não respondeu	5	2,5
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Merece ser registrado que não há diferença expressiva na defesa da forma de organização da carreira considerando os membros das diretorias das entidades sindicais e aqueles que não ocupam cargos nos sindicatos. Ambos defendem que a carreira seja organizada por tempo de serviço, titulação e avaliação da produção acadêmica (64,6% e 58,4%, respectivamente).

Sabe-se que o regime de DE é objeto de calorosas discussões no meio docente e entre a representação sindical e o governo. Para alguns se trata de controle do tempo livre do professor, para outros é encarado como garantia da qualidade do ensino. Assim, interessava conhecer a opinião dos docentes participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN sobre o regime.

Para 84,6% dos entrevistados a dedicação exclusiva (DE) deve ser o principal regime de trabalho, destes 26,2% defendem alguma flexibilização no que diz respeito aos complementos salariais. A dedicação exclusiva sem qualquer flexibilização é defendida por 58,4% dos docentes entrevistados. A adesão ao regime de DE sem flexibilização é maior entre os docentes com mais tempo de atuação na instituição. Entre os que possuem até 10 anos de instituição, este percentual é de 54,3%. Entre os que possuem de 11 a 20 anos o mesmo percentual é 63,9%. E entre os que possuem mais de 21 anos de instituição 57,7% defendem a DE sem flexibilização. De acordo com 13,9% a dedicação exclusiva deveria ser apenas uma opção em meio a outros regimes de trabalho e 1,5% não responderam (Tabela 61).

Tabela 61 – Opinião dos entrevistados sobre o regime de dedicação exclusiva nas universidades - 2011

	N.º	%
Ser o principal regime de trabalho, sem a possibilidade de flexibilização	118	58,4
Ser o principal regime de trabalho, mas com flexibilização (comportando complementos salariais)	53	26,2
Ser apenas uma opção entre outras	28	13,9
Não sabe/ não respondeu	3	1,5
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

A adesão ao regime de dedicação exclusiva é um pouco menor entre os docentes entrevistados das universidades federais: para 83,2% a dedicação exclusiva deve ser o principal regime de trabalho (com alguma flexibilidade para 21,9%). Entre os entrevistados vinculados a instituições estaduais/municipais, 88,9% defendem o regime de dedicação exclusiva, mas 40% deles defendem alguma flexibilidade.

Considerando a área do conhecimento na qual atuam os entrevistados, observou-se que a adesão ao regime de dedicação exclusiva (sem ou com alguma flexibilidade) é menor entre os docentes das ciências exatas e da terra (71,4%), das ciências agrárias (76,9%), das engenharias (78,6%), das ciências sociais aplicadas (78,3%). Entre os docentes que atuam na área de ciências humanas 94,5% defendem a DE (destes, 24,6% defendem alguma flexibilidade).

Tabela 62 – Opinião dos entrevistados sobre o regime de Dedicação Exclusiva nas universidades por área de atuação na instituição, 2011 (continua)

	Ser o principal regime, sem flexibilização	Ser o principal regime, mas com flexibilização	Ser uma opção entre outras	Não sabe / não respondeu	Total
Ciências Exatas	47,6	23,8	19,0	0,0	9,5
Ciências Humanas	69,6	24,6	5,8	0,0	0,0
Ciências Sociais Aplicadas	47,8	30,4	21,7	0,0	0,0
Ciências Biológicas	30,0	60,0	10,0	0,0	0,0
Engenharias	28,6	50,0	21,4	0,0	0,0
Ciências Agrárias	61,5	15,4	23,1	0,0	0,0

Tabela 62 – Opinião dos entrevistados sobre o regime de Dedicção Exclusiva nas universidades por área de atuação na instituição, 2011 (conclusão)

	Ser o principal regime, sem flexibilização	Ser o principal regime, mas com flexibilização	Ser uma opção entre outras	Não sabe / não respondeu	Total
Ciências da saúde	69,6	13,0	13,0	0,0	4,3
Linguística, letras e artes	60,0	20,0	20,0	0,0	0,0
Multidisciplinar	53,8	30,8	15,4	0,0	0,0
Não sabe/ não respondeu	83,3	0,0	16,7	0,0	0,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Mais de 2/3 dos entrevistados acreditam que a atuação na pós-graduação não deve possibilitar ganhos diferenciados aos docentes. Cerca de 12%, ao contrário, defendem remuneração diferenciada em caso de atuação na pós-graduação. Para 9,9% a remuneração diferenciada deve respeitar o período de atuação na pós-graduação. Não opinaram a esse respeito 4,5% dos docentes entrevistados (Tabela 63).

Tabela 63 – Opinião dos entrevistados sobre remuneração diferenciada na pós-graduação - 2011

	N.º	%
Não	149	73,8
Sim	24	11,9
Apenas enquanto o docente atuar nesse nível do ensino superior	20	9,9
Não sabe/ Não respondeu	9	4,5
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Sobre a situação dos docentes aposentados em caso de reestruturação da carreira, 33,7% acreditam que os mesmos devem ser transpostos com garantia de manutenção da remuneração anterior. Para 32,2% a transposição deve garantir a possibilidade de ascensão na carreira para os docentes aposentados. Outros 21,3% defendem que os aposentados sejam transpostos para a posição relativa ao piso e teto da carreira anterior. O total de entrevistados que não respondeu foi de 12,9% (Tabela 64).

A mesma questão desagregada por ativos e aposentados mostrou que 39,1% dos aposentados defendem a transposição para a posição relativa ao piso e teto da carreira anterior, 30,4% defendem a transposição com a garantia da manutenção da remuneração e 26,1% defendem a possibilidade do alcance de patamares superiores na nova carreira (4,3% não responderam). Já para 34,1% dos ativos a transposição deve primar pela manutenção da remuneração, para 33% deve propiciar a ascensão e para 19% a transposição deve respeitar a posição relativa ao piso e teto da carreira anterior (14% dos ativos não opinaram).

Tabela 64 – Opinião dos participantes sobre a situação dos aposentados em caso de reestruturação da carreira - 2011

	N.º	%
Ser transpostos com a garantia de ganharem a mesma remuneração da situação anterior	68	33,7
Ser transpostos de forma a que possam alcançar patamares superiores na nova carreira/carreira reestruturada	65	32,2
Ser transpostos para a posição relativa ao piso e teto da carreira anterior	43	21,3
Não sabe/ não respondeu	26	12,9
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Procurou-se conhecer a forma como os docentes entrevistados utilizam seu tempo livre¹³. A atividade mais citada foi “ficar com a família”, englobando 37,3% das respostas. Das opções de lazer, cinema e teatro perfazem 18,9% das respostas, viagens 19,5%, prática de esportes 13,3% e de algum hobby 10,9% (Tabela 65).

Tabela 65 – Atividades realizadas pelos participantes do 30º. Congresso Nacional do ANDES-SN durante seu tempo livre - 2011

	N.º	%
Ficar com a família	140	37,3
Viagem de lazer	73	19,5
Cinema, teatro	71	18,9
Prática de esporte	50	13,3
Prática de algum hobby	41	10,9
Total	375	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

¹³ Foi permitido múltiplas respostas para esta questão.

Entre os entrevistados, 83,7% informaram trabalhar nos finais de semana. Para 42,1%, trata-se de um trabalho quase regular, para 41,6% é um trabalho esporádico. Apenas 11,9% afirmaram não trabalhar nos finais de semana e 4,5% não responderam ao questionamento (Tabela 66).

Tabela 66 – Frequência de trabalho dos participantes do Congresso Nacional dos ANDES-SN nos finais de semana - 2011

	N.º	%
Sim, quase todos os finais de semana	85	42,1
Sim, esporadicamente	84	41,6
Não, nunca	24	11,9
Não sabe/ não respondeu	9	4,5
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Considerando o sexo, observou-se que o percentual de homens que informou o trabalho nos finais de semana (87,4%) é maior do que o de mulheres (75,8%). Essa diferença pode ser explicada pelo maior envolvimento feminino com as atividades de manutenção do lar e de cuidado com os filhos.

O trabalho nos finais de semana diminui com a idade. Entre os mais jovens, na faixa entre 26 e 30 anos, 100% dos entrevistados afirmaram trabalhar nos finais de semana (60% regularmente e 40% esporadicamente). Entre os docentes com mais de 61 anos 58% informou trabalhar aos sábados e domingos (29% o fazem de forma regular e outros 29% eventualmente).

4. Perfil das Seções Sindicais filiadas ao ANDES-SN

De acordo com o relatório final do 30º Congresso do ANDES-SN, um total de 292 delegados compareceu ao congresso, além de 41 observadores e 2 convidados. Examinando a associação sindical de origem dos delegados, constata-se a presença de 61 associações docentes (incluindo-se aí seções sindicais, como da UFSC e UFRGS).

Ainda em relação aos dados contidos no relatório do congresso, observa-se a predominância das regiões Nordeste e Sudeste, com ligeira vantagem da primeira. Conforme aparece na tabela abaixo, as duas regiões detinham quase 70% do número de delegados presentes, assim como 62% do número de associações (Tabela 67).

Tabela 67 – Distribuição dos participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN por grande região geográfica - 2011

Região	Delegados		Associações	
	nº	%	nº	%
Nordeste	101	34,59	20	32,79
Sudeste	98	33,56	18	29,51
Sul	48	16,44	11	18,03
Norte	30	10,27	7	11,48
Centro-Oeste	15	5,14	5	8,20
Total	292	100	61	100

Fonte: Relatório do 30º congresso.

Além da maior presença de delegados e associações sindicais das regiões nordeste e sudeste, os dados mostram ainda uma assimetria bastante aguda entre as associações, com uma concentração mais elevada de representantes em um subgrupo delas. Observe-se que as 25 maiores delegações, ou 41% do total, detinham 66,44% do total de delegados. Neste subgrupo, assim como anteriormente, verifica-se a primazia das regiões nordeste e sudeste, e num grau mais elevado: a região Nordeste despontava em primeiro, com 44% das associações e 42,8% dos delegados; a seguir o Sudeste, com 36% das associações e 38,7% dos delegados. Juntas, portanto, tais regiões respondiam, no subgrupo das 25 maiores associações, por 80% das mesmas e 81,5% dos delegados.

Do total de docentes/delegados presentes no congresso, 202 responderam os questionários (69,18%), representando 54 seções sindicais do ANDES-SN, ou 88,52% do total de agremiações presentes, configurando-se assim uma amostra suficientemente representativa do objeto em foco.

Na amostra, as Associações dos Docentes da UFF, da UFU e da UFPR foram aquelas que tiveram o maior número de delegados. Apenas a título de comparação, as três maiores associações, em termos do número de representantes, foram a APUFPR, com doze delegados, a ADUFPB e a ADUFEPE, ambas com 11 docentes (Tabela 68).

Tabela 68 – Distribuição dos delegados do 30.º Congresso do ANDES-SN por entidade representanda, 2011 (continua)

	N	%
ADUFF- Seção Sindical da UFF	15	7,4
ADUFU-SS Associação dos docentes da UFU	11	5,4
APUFPR-Associação de Professores da UFPR	10	5,0
ADUA - Associação dos Docentes da UFAM	8	4,0
APROFURG - Associação dos Professores da FURG	7	3,5
ADUFS -Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana	7	3,5
ADUFCCG	7	3,5
ADUFERPE – Seção Sindical da UFRPE	6	3,0
ADUFRJ-Associação Docentes da UFRJ	6	3,0
ADUR-RJ - Associação dos Docentes da Universidade UFRRJ	6	3,0
ADUFMAT-Associação dos Docentes da UFMT	5	2,5
ADUFPB - Associação dos Docentes da UFPb	5	2,5
ADUSP- Associação dos Docentes da USP	5	2,5
ADUFES-Associação dos docentes da UFES	4	2,0
ADLESSE - Seção Sindical do Leste do Mato Grosso do Sul, da UFMS	4	2,0
UDUFPEL - Associação de Docentes da UFPel	4	2,0
ASPUFV - Associação dos Professores da UFV	4	2,0
ADUSC - BA Seção Sindical da Universidade Santa Cruz - BA	4	2,0
SEDUFMS - Seção Sindical dos docentes da UFMS	4	2,0
SINDUTF - PR - Sindicato dos professores do UTFPR	4	2,0
ADUNEB	3	1,5
ADUNESP	3	1,5
ADUNICAMP-Associação de Docentes da UNICAMP	3	1,5
ADUEPB - Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba	3	1,5
SESDUF- Seção Sindical dos docentes da UFRR	3	1,5
SESDUFT-Seção Sindical dos docentes da UFTO	3	1,5
SINDUFAP - Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá	3	1,5
ADUERN – Associação dos Docentes da UFRN	3	1,5

Tabela 68 – Distribuição dos delegados do 30.º Congresso do ANDES-SN por entidade representanda, 2011 (conclusão)

	N	%
ADUFPA - Associação dos Docentes da UFPA	2	1,0
ADUFPI - Associação dos Docentes da UFPI	2	1,0
ADUFS - Associação dos Docentes da UFS	2	1,0
ADUNB/ - Associação dos Docentes da UNB	2	1,0
ADUSB - Associação de Docentes da UESBA	2	1,0
ADUSC - Seção Sindical do ANDES-SN da UFSC	2	1,0
ADUEMS-Seção Sindical do Mato Grosso do Sul	2	1,0
APRUMA - Associação dos Professores da UFMA	2	1,0
ASDUERJ - Associação dos Docentes da UERJ	2	1,0
Associação dos Professores Universitários de Gurupi-TO (APUG-SSIND)	2	1,0
SESDUFC Associação dos Docentes da UFC	2	1,0
SINDURCA	2	1,0
SINDCEFET-MG Sindicato do Cefet MG	2	1,0
ADUFEPE - Associação dos docentes da UFPE	2	1,0
ADCESP - Associação dos Docentes da Universidade Estadual do Piauí	1	0,5
ADUNICENTRO- Sindicato dos Professores da Unicentro - PR	1	0,5
ADUNIFESP - SP	1	0,5
ADUNIOESTE:Associação dos Docentes da UNIOESTE	1	0,5
ADUNIR-Associação dos Docentes da UFRO	1	0,5
APES-JF - Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora	1	0,5
Diretoria-SR - Planalto Associação	1	0,5
SESDUEM - Seção Sindical dos Docentes da UFMaringá	1	0,5
SINDUEPG - Seção Sindical da Universidade Estadual de Ponta Grossa	1	0,5
SINDUNIVASF	1	0,5
ADUFDOURADOS	1	0,5
ASSINES -Seção Sindical da Associação dos Servidores do Instituto Nacional de Educação de Surdos	1	0,5
Não respondeu	12	5,9
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Em relação ao número de associados das Associações Docentes que representavam durante o Congresso, os docentes pesquisados estavam assim distribuídos: as ADs com até 1000 filiados estavam representadas por 50,2% do total dos delegados do ANDES-SN, enquanto as ADs que têm entre 1.000 a 10.000 filiados estavam representadas por 35,6%. (Tabela 69)

Tabela 69 – Delegados do 30.º Congresso do ANDES-SN por tamanho da entidade

	N	%
Até 100	5	2,5
Entre 101 a 200	13	6,4
Entre 201 a 500	29	14,4
Entre 501 a 1.000	59	29,2
Entre 1.001 a 10.000	72	35,6
Mais de 10.000	2	1,0
Não sabe/ não respondeu	22	10,9
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

O relatório do 30º Congresso permite verificar o estado originário de cada associação ou representação sindical docente, como sintetizado na Tabela 70. Minas Gerais, estado em que se realizou o congresso, teve o maior número de entidades presentes no evento, com 7 associações, sendo seguido por Paraná e Rio de Janeiro, ambos com 6 entidades, e por Bahia e Rio Grande do Sul, com 5 associações cada.

Tabela 70 – Entidades sindicais e delegados por estado de origem - 2011

Estado	nº (por estado)
MG	7
PR, RJ	6
BA, RS	5
SP	4
CE, MS, PB, PE	3
PI, TO	2
AM, AP, DF, ES, MA, MT, PA, RN, RO, RR, SC, SE	1
TOTAL	61

Fonte: ANDES-SN (2011).

Em relação à amostra, a predominância foi do Rio de Janeiro, sendo seguido pelos estados de Minas Gerais, Paraná, Paraíba e Rio Grande do Sul. É razoável ver como explicações para tais percentuais, em primeiro lugar, o envolvimento de seções sindicais dessas unidades da federação ou na defesa da linha política que tem prevalecido no sindicato (casos específicos de RJ e RS), ou na crítica a esta (casos de PR e PB). MG se deve ao fato de ter sido a sede do congresso.

Tabela 71 – Delegados do 30.º Congresso do ANDES-SN por Unidade Federativa da entidade que representa - 2011

	N	%
Amapá	3	1,5
Amazonas	9	4,5
Bahia	12	5,9
Ceará	4	2,0
Distrito Federal	2	1,0
Espírito Santo	4	2,0
Maranhão	2	1,0
Mato Grosso	4	2,0
Mato Grosso do Sul	4	2,0
Minas Gerais	25	12,4
Não respondeu	9	4,5
Pará	2	1,0
Paraíba	17	8,4
Paraná	18	8,9
Pernambuco	9	4,5
Piauí	3	1,5
Rio de Janeiro	29	14,4
Rio Grande do Norte	3	1,5
Rio Grande do Sul	14	6,9
Rondônia	1	0,5
Roraima	3	1,5
Santa Catarina	2	1,0
São Paulo	11	5,4
Sergipe	6	3,0
Tocantins	6	3,0
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

A tabela a seguir traz os dados relativos à questão “tempo de atuação na entidade sindical representada”. De modo notável, destaca-se o fato de que quase 40% dos dirigentes sindicais estão atuando em seus respectivos sindicatos há menos de cinco anos, e mais da metade (52%) atuam há 10 anos ou menos. Isso indica um perfil de dirigente mais novo, com tempo de militância menor. O que pode sugerir menor experiência sindical por parte dos dirigentes, mas também menor probabilidade de acomodação destes no aparelho do sindicato, como “burocratas” sindicais.

Tabela 72 – Tempo de atuação na entidade sindical representada

Período	N	%
0-5 anos	78	38,6
6-10 anos	27	13,4
11-15 anos	23	11,4
16-20 anos	37	18,3
21-25 anos	14	6,9
26-30 anos	8	4,0
31-35 anos	6	3,0
36-41 anos	3	1,5
NS / NR	6	2,9
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

A Tabela 73 condensa os resultados relativos à questão de quais seriam as principais reivindicações das entidades sindicais na atualidade. Destacam-se como as principais reivindicações, por ordem decrescente, a questão da carreira, as condições de trabalho e salário. A reivindicação em torno da carreira, que remete a itens como progressão na carreira docente e, indiretamente, incremento salarial, aparece de longe como o principal ponto de pauta para os sindicalistas entrevistados.

Tabela 73 – Principais reivindicações das entidades sindicais, segundo os participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN, 2011

Tipo de reivindicação	N	%
Carreira	88	43,6
Salário	29	14,9
Condições de trabalho	30	14,4
Democracia	6	3,0
Mudança na política	5	2,5
Questões relativas à estrutura sindical	4	2,0
Outra	10	5,0
Não sabe/ não respondeu	30	14,9
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Ao se desagregar os resultados pelo tipo de instituição em que atua o movimento sindical – no caso, instituições federais e outras (estaduais e municipais) – é possível perceber uma variação sensível dos tipos de reivindicação pelos dirigentes sindicais, como expressão das bases de docentes que representam. A tabela seguinte traz este cruzamento, entre tipos de reivindicação nos diferentes tipos de instituição docente.

Tabela 74 – Principais reivindicações da entidade sindical por tipo de instituição, segundo os participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN - 2011

	Tipo de instituição	
	Federal	Outro
Carreira	51,0 (1º)	17,8 (2º)
Condições de trabalho	14,6 (2º)	13,3(3º)
Salário	10,8 (3º)	28,9 (1º)
Democracia	1,9	6,7
Mudança na política	2,5	2,2
Estrutura sindical	2,5	0,0
Outra	2,5	6,0
Não sabe	14,0	17,8

Fonte: Pesquisa de Campo.

A se tomar a amostra somente pelos dirigentes sindicais de instituições federais, as principais reivindicações são relativas à carreira, condições de trabalho e salário. Por sua vez, entre os dirigentes de outras instituições de ensino superior (estaduais e municipais), a principal reivindicação é salarial, sendo seguida pela carreira e, em terceiro lugar, as condições de trabalho.

Pela ótica dos dirigentes sindicais nas instituições estaduais e municipais a preocupação primeira é relativa à remuneração, indicando a urgência de tal tema em tais instituições. Já no universo das instituições federais, a questão principal é relativa à carreira, sugerindo que os salários, embora uma preocupação importante, podem ser um tema equacionado no debate em torno da progressão na carreira docente. Tanto que o salário como tema só vai aparecer em terceiro lugar no campo de prioridades do movimento sindical nas instituições federais, ficando abaixo ainda do tema relativo às condições de trabalho, que vêm em segundo lugar.

Habitualmente considera-se que as instituições federais em geral possuiriam uma infraestrutura mais completa do que suas congêneres municipais e estaduais, o que poderia gerar a expectativa de que, entre os dirigentes sindicais destas últimas, a reivindicação relativa às condições de trabalho ocuparia um lugar de destaque. E os dados indicam, contrariamente, que tal reivindicação aparece apenas em terceiro lugar. A partir de tais dados, poder-se-ia sugerir que as condições de trabalho não seriam uma prioridade para o movimento sindical pelo fato de que as instituições municipais e estaduais teriam, ao contrário do que comumente se pensa, instalações ou infraestrutura razoáveis para o desempenho das atividades de docência e pesquisa. Mais, tal resultado (o da baixa prioridade relativa dada ao tema das condições de trabalho) poderia ter sido “distorcido” pelas respostas vindas de representantes das universidades estaduais paulistas, tidas, pelo senso comum, como instituições com boa infraestrutura relativamente às universidades do resto do país.

A propósito, esta última hipótese é desmentida ao se examinar as respostas dadas pelos representantes de associações docentes das três instituições paulistas. Nelas, a reivindicação em torno das condições de trabalho figura em primeiro lugar, sendo seguida pela reivindicação relativa à carreira.

Neste sentido, uma hipótese mais razoável seria que as condições de trabalho nas instituições estaduais e municipais podem estar em um patamar tão aquém do nível ótimo quanto o de suas congêneres federais. O problema é que, naquelas, ainda mais graves do que as condições de trabalho seriam os baixos salários e estruturas de carreira insatisfatórias.

A Tabela 75 revela as formas de luta mais utilizadas pela entidade, conforme os dados coletados junto à amostra. Os instrumentos mais utilizados pelas associações docentes seriam, por ordem decrescente, a prática de assembleias com filiados e com a base do sindicato – indicando, dado o percentual expressivo registrado, que a instância seria a forma de mobilização por excelência –; a

negociação direta (com governo ou representantes da mantenedora); greves ou paralisações; recurso junto à justiça do trabalho; e marchas, passeatas ou atos. Ao se desagregar os dados pelo tipo de instituição (federais X outras), não houve variação significativa em relação aos dados agregados.

Tabela 75 – Formas de luta mais utilizadas pelas entidades sindicais, segundo os participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN - 2011

Forma de luta mais utilizada	N	%
Assembléias com filiados e com a base	116	57,4
Negociação direta com o governo ou com a mantenedora	30	14,9
Greve, paralisação	16	7,9
Recurso à Justiça do Trabalho	7	3,5
Marchas, passeatas, atos	7	3,5
Outra	5	2,5
Não sabe/ não respondeu	21	10,4
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Por outro lado, dado que as formas de mobilização ou de atuação sindical podem variar sensivelmente em função da orientação político-ideológica seguida pela associação docente, fez-se a desagregação de tais dados em função da central sindical à qual a associação docente é filiada. Para tanto, contudo, deve-se antes apresentar o perfil dos entrevistados quanto à filiação a alguma central sindical, o que aparece na Tabela 76.

Tabela 76 – Filiação das entidades sindicais às centrais sindicais, segundo os participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN - 2011

Central sindical filiada	N	%
CSP-Conlutas	73	36,1
Não é filiada	66	32,7
CUT	4	2,0
Não sabe / não respondeu	59	29,2
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Assim, em 36,1% da amostra os entrevistados afirmaram serem filiados à CSP-Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas). Em segundo lugar (32,7%) aparece o subgrupo de entrevistados que assinalaram não pertencerem a nenhuma central sindical. Em terceiro lugar, bem atrás dos dois primeiros, com apenas 2% de menções, tem-se o subgrupo dos entrevistados filiados à CUT (Central Única dos Trabalhadores). Por fim, é digno de nota o fato de que 29,2% dos entrevistados não souberam dizer se sua associação era filiada (ou não) a alguma central, ou não quiseram responder esta questão. Cruzando-se agora as duas tabelas anteriores, têm-se os resultados seguintes.

Tabela 77 – Formas de luta mais utilizadas pelas entidades sindicais por central sindical, segundo os participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN - 2011

Forma de luta mais utilizada	Filiação a central sindical			
	CSP Conlutas	CUT	Sem filiação	Não sabe/ não respondeu
Assembleias com filiados/base	60,3	75,0	65,2	44,1
Negociação direta	8,2	25,0	15,2	22,0
Greve, paralisação	7,3	0,0	3,0	6,8
Recurso à Justiça do Trabalho	2,7	0,0	4,5	3,4
Marchas, passeatas, atos	5,5	0,0	1,5	3,4
Outra	2,7	0,0	3,0	1,7

Fonte: Pesquisa de Campo.

Antes de se proceder às comparações, algumas ressalvas devem ser feitas. Em primeiro lugar, o número de associações docentes filiadas à CUT (2% das respostas da amostra) é bastante baixa comparativamente às demais categorias. Em segundo lugar, uma quantidade expressiva de entrevistados ou não respondeu ou não sabe se sua associação docente é filiada ou não a alguma central sindical (59 respostas, ou quase 30% da amostra). Tais fatores recomendam cautela na leitura dos dados, especialmente o primeiro, dada a grande diferença entre o número de associações filiadas a uma e outra central sindical mencionadas.

Assim, percebe-se, em todos os subgrupos a primazia à prática de assembleias com filiados e com a base, com menor incidência, neste caso, dos subgrupos de sindicalistas filiados à CSP-Conlutas e dos que não responderam ou não sabiam se sua associação era filiada a alguma central. Por outro lado, as associações filiadas à CUT e as que não são filiadas a nenhuma central apresentaram maior preferência à prática da realização de assembleias.

O recurso da negociação direta aparece em segundo lugar em todos os subgrupos, com maior incidência nos subgrupos filiados à CUT e aos que não sabiam ou não responderam à questão da filiação.

A opção pelas greves ou outras formas de paralisação é sensivelmente maior entre os sindicatos filiados à CSP-Conlutas, seguidos pelo grupo dos que não sabiam ou não responderam à questão da filiação. Já a opção pela alternativa da Justiça do Trabalho – não disponível, ressalve-se, para as associações sindicais em instituições estatais – é maior no subgrupo de associações não filiadas a nenhuma central. Finalmente, o subgrupo de entrevistados filiados à CSP-Conlutas lidera no quesito relativo a marchas, passeatas e atos.

Como se percebe, portanto, o perfil político-ideológico da CSP-Conlutas, que procura se distinguir por uma postura mais “crítica” ou “combativa”, manifesta na apologia de expedientes como greves, paralisações e manifestações de rua para atestar o caráter combativo do sindicato. Contudo, as associações docentes filiadas à Conlutas são idênticas às demais ao elegerem, como formas de luta mais utilizadas, as assembleias e a negociação direta com o empregador. O que sugere a força de elementos pragmáticos no agir da entidade, a despeito da retórica político-ideológica mais aguerrida com que busca se identificar.

Investigou-se também o modo como a entidade sindical se comunica com seus associados. A Tabela 78 traz os resultados de tal enquete. De longe, com 72,3% das respostas, a forma de comunicação por meio de jornal ou boletim impresso surge em primeiro lugar. Em seguida, com 19,8%, é citada a comunicação por via de e-mail ou informações disponíveis em sítios na internet. A divulgação de informações ou posições da entidade no local de trabalho aparece em apenas 2,5% das respostas, sugerindo uma dificuldade de uso deste recurso. É possível que as entidades considerem suficientes, como meios de comunicação, boletins impressos e digitais, enquanto dispensaria o recurso da “divulgação no local de trabalho” talvez por considerar que tal forma de interação com os associados ou com a base seria suprida por ocasião das assembleias, que ocorrem justamente nos locais de trabalho.

Tabela 78 – Meios de comunicação da entidade sindical com os associados, segundo os participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN - 2011

Meios de comunicação da entidade com os associados	N	%
Por jornal/boletim impresso	146	72,3
Por e-mail/site na internet	40	19,8
Por divulgação feita no local de trabalho	5	2,5
Na sede da entidade	5	2,5
Outra forma	2	1,0
Não sabe/ não respondeu	4	2,0
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Na questão seguinte buscou-se identificar o perfil da amostra pelas posições ocupadas pelos sindicalistas na estrutura burocrática da associação docente. A Tabela 79 traz os resultados.

Tabela 79 – Cargo ocupado na diretoria dos sindicatos, segundo os participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN, 2011

Cargo ocupado na diretoria	N	%
Não faço parte da diretoria	89	44,1
Presidente	22	10,9
Vice Presidente	14	6,9
Secretário geral	8	4,0
Tesoureiro	17	8,4
Diretor	34	16,8
Suplente de diretor	5	2,5
Delegado sindical	7	3,5
Não sabe/ não respondeu	6	3,0
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Na amostra, 44,1% dos entrevistados declarou não fazer parte da diretoria. Diretores sindicais – possivelmente postos referentes a funções diversas dentro do sindicato (por exemplo, diretor de comunicação, diretor de formação etc.), ou então membros de diretorias colegiadas – apareciam em segundo lugar na amostra, com 16,8%. Sindicalistas com posto de presidente do sindicato corresponderam a 10,9% da amostra, sendo seguidos por tesoureiros (8,4%), vice-presidentes (6,9%), secretários gerais (4,0%), delegados sindicais (3,5% e suplentes de diretor (2,5%).

Buscou-se averiguar o tempo de permanência em cargos de direção da entidade, isso evidentemente no universo dos entrevistados que declararam ocuparem cargos na ocasião do congresso (Tabelas 80 e 81). O objetivo foi tentar extrair um dado que pudesse informar a questão da perenidade dos sindicalistas na burocracia da entidade. A tabela seguinte traz os dados para a questão considerando-se a totalidade da amostra coletada.

Tabela 80 – Tempo de permanência em cargos de direção, participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN - 2011

Tempo em que ocupa cargo de direção	N	%	% acumulado
Menos de 1 ano	7	3,5	3,5
1 ano	35	17,3	20,8
2 anos	27	13,4	34,2
3 anos	13	6,4	40,6
4 anos	11	5,4	46,0
6 anos	3	1,5	47,5
7 anos	1	0,5	48,0
8 anos	4	2,0	50,0
10 anos	2	1,0	51,0
16 anos	1	0,5	51,5
20 anos	2	1,0	52,5
Não sou membro da diretoria	86	42,6	95,0
NS/NR	10	5,0	100
Total	202	100	

Fonte: Pesquisa de Campo.

Dada a expressiva quantidade de entrevistados que declarou não ser membro da diretoria (86 respostas, ou 42,6% do total), os dados assim dispostos aparentemente não permitem uma aferição mais adequada do fenômeno da permanência de sindicalistas em cargos da entidade. Ao se trabalhar apenas com o subgrupo da amostra que declarou ocupar cargo de direção, tem-se a tabela a seguir, que permite constatações interessantes em relação à questão em foco.

Tabela 81 – Tempo de permanência em cargos de direção, participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN que integram as diretorias das entidades sindicais - 2011 (continua)

Tempo em que ocupa cargo de direção	N	%	% acumulado
Menos de 1 ano	7,0	6,6	6,6
1 ano	35,0	33,0	39,6
2 anos	27,0	25,5	65,1
3 anos	13,0	12,3	77,4
4 anos	11,0	10,4	87,8

Tabela 81 – Tempo de permanência em cargos de direção, participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN que integram as diretorias das entidades sindicais - 2011 (conclusão)

Tempo em que ocupa cargo de direção	N	%	% acumulado
6 anos	3,0	2,8	90,6
7 anos	1,0	0,9	91,5
8 anos	4,0	3,8	95,3
10 anos	2,0	1,9	97,2
16 anos	1,0	0,9	98,1
20 anos	2,0	1,9	100
Total	106	100	

Fonte: Pesquisa de Campo.

Como indicado na Tabela 81, com exceção dos que contaram menos de 1 ano em cargo de direção, os maiores percentuais são encontrados entre os que responderam que ocupam cargos há quatro anos ou menos. Observando o percentual acumulado, constata-se que 77,4% dos atuais ocupantes de cargos de direção no sindicato estão em tal condição há 3 anos ou menos, e mais de 87% estão em cargos de direção há quatro anos ou menos. Por outro lado, apenas 12,2% são ocupantes de cargos em um período que vai de 6 a 20 anos – ou seja, existem poucos diretores com muito tempo de direção, na amostra em questão.

Estes números sugerem haver, nas associações docentes, um quadro geral de renovação de quadros dirigentes, ou o avesso de burocracias sindicais com sindicalistas que se perpetuam por anos a fio em cargos de direção. Este quadro torna-se particularmente interessante quando se recorda que 6 em cada 10 entrevistados têm mais de dez anos de participação no movimento sindical.

A seguir, buscou-se investigar a questão da liberação de militantes membros da diretoria da entidade para a realização de trabalho sindical. A Tabela 82 traz os resultados, somente para o subgrupo da amostra que declarou ser membro de diretoria sindical.

Tabela 82 – Participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN que integram a diretoria das entidades sindicais por liberação para realização do trabalho sindical, 2011

Liberação para realizar trabalho sindical?	N	%
Sim, em tempo integral	8	8,8
Sim, em tempo parcial	9	9,9
Não sou liberado	74	81,3
Total	91	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Do total de 91 delegados que são diretores e responderam a essa questão, 74 (81,3% do total) responderam que não estão liberados. Liberação parcial é a situação de 9 delegados (9,9% dos diretores) e liberação integral é a situação de 8 delegados (8,8% do total). A grande maioria de diretores de associações docentes, portanto, deve realizar o trabalho sindical concomitantemente ao exercício de suas atribuições profissionais, o que não deixa de ser um indicador de fragilidade da prática sindical no meio docente.

O questionário buscou levantar, junto aos entrevistados, o tamanho das diretorias das entidades que representavam no congresso (Tabela 83). A maior parte das entidades representadas possuem diretorias compostas por um mínimo de 6 e máximo de 10 diretores (56,9% do total), sendo seguidas por diretorias com número entre 11 e 20 diretores (18,3%) e até 5 diretores (17,3%).

Tabela 83 – Número de diretores nas entidades sindicais, segundo os participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN, 2011

Número de diretores na entidade	N	%
Até 5	35	17,3
Entre 6 a 10	115	56,9
Entre 11 e 20	37	18,3
Mais de 20	1	0,5
NS/NR	14	6,9
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Os entrevistados foram instados a responder se sua entidade sindical foi levada a concorrer com outra agremiação em sua base de atuação. A tabela 84 traz os resultados para esta questão. Expressiva maioria das respostas (67,3%) declarou não ter sido alvo, sua entidade, de disputa por base com associação sindical concorrente.

Tabela 84 – Concorrência entre entidades sindicais, segundo participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN, 2011

Concorrência com outra agremiação sindical?	N	%
Sim	40	19,8
Não	136	67,3
NS/NR	26	12,9
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

Desagregando-se as respostas pelo setor a que pertencem os delegados entrevistados, tem-se a Tabela 85. Observa-se uma incidência maior de concorrência ou tentativa de concorrência com outra agremiação sindical no setor das instituições de ensino superior público federal, relativamente às instituições estaduais e municipais. Em termos percentuais as instituições de ensino básico e tecnológico federal teriam experimentado maior incidência do fenômeno da concorrência sindical, mas deve-se ressaltar que em termos absolutos está se falando de uma amostra com apenas duas instituições neste setor.

Tabela 85 – Concorrência entre entidades sindicais por setor da instituição, segundo participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN, 2011

Concorrência com outra agremiação sindical?	Sim		Não		NS/NR		Total
	N	%	N	%	N	%	
Instituições de ensino superior público federal	33	21,3%	98	63,2%	24	15,5%	155
Instituições de ensino superior público estadual/municipal	6	13,3%	37	82,2%	2	4,4%	45
Instituições de ensino básico e tecnológico federal	1	50%	1	50%	0	0%	2
Total	40	100%	136	100%	26	100%	202

Fonte: Pesquisa de Campo.

No tocante à questão do oferecimento aos associados, pela entidade sindical, de serviços assistenciais, a Tabela 86 sintetiza os resultados da investigação. Destaca-se o atendimento jurídico (50%) como serviço mais oferecido ou requisitado pelos associados, sendo seguido por serviços relativos à saúde (23,8%). Em 11,4% das respostas assinalou-se que a associação docente não oferecia nenhum tipo de serviço assistencial.

Tabela 86 – Serviços assistenciais ofertados pelas entidades sindicais, segundo os participantes do 30.º Congresso do ANDES-SN, 2011

Serviços assistenciais ofertados	N	%
Advogado	101	50,0
Médico	48	23,8
A entidade não oferece serviços assistenciais	23	11,4
Outro	8	4,0
Dentista	4	2,0
Lazer	4	2,0
Não sabe/ não respondeu	14	6,9
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

5. A percepção dos docentes acerca do Estado

A última fração do questionário trouxe como escopo questões acerca da concepção de Estado, de modelo de gestão das universidades, de procedimentos de controle interno e social e da agenda de reformas para o país. Quando se indagou sobre qual o modelo de gestão das universidades, ofereceram-se como alternativas, além do formato vigente, modalidades de privatização: a privatização clássica, a terceirização da gestão através das Organizações Sociais (OSs) e a proposta governamental das fundações Estatais representada pelo PL 92/2007.

Merece nota o fato de mais de $\frac{1}{4}$ dos participantes (26,6%) não responder ou não saber o que responder. Este dado pode revelar o desconhecimento das possibilidades da reforma administrativa, de seus procedimentos, de seu vocabulário e de suas modalidades, de certa forma, condiz com o que aponta a bibliografia especializada, isto é, o público em geral, com níveis distintos de formação, normalmente toma a temática com certo distanciamento em razão do conhecimento técnico que o mesmo exige. No entanto, o mesmo desconhecimento preocupa, pois as modalidades de privatização são engenhosas e dissimulada e seu desconhecimento implica a dificuldade do movimento em reagir diante das ameaças em andamento.

As formas dissimuladas de privatização, gestão por OSs (8,4%) ou por fundações estatais (2%) representam juntas 10,4% (Tabela 87). Apesar de se tratar de um percentual pequeno, ele não deve ser desconsiderado em razão do público ser composto por militantes. Não obstante as fundações estatais representarem uma modelagem de privatização mais amena, o índice de rejeição a ela é maior.

O que pode explicar tais números é a campanha do próprio sindicato contra o PL 92/07. Com efeito, a aprovação das OSs, muito embora tal modalidade de gestão universitária não esteja mais na agenda governamental em virtude das resistências desde os anos 1990, é significativa e representa a adesão à tese de que a sociedade civil pode garantir uma gestão mais eficiente do que o Estado.

A esmagadora maioria dos entrevistados (63,4%) aponta para manutenção da gestão das universidades pela administração indireta, a forma autárquica que predomina como modelo atual, sem que se registre uma única posição favorável à privatização clássica das universidades (Tabela 87).

Tabela 87 – Preferência por modelos de gestão das Universidades de acordo com os participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Modelo de gestão	N.º	%
Pelo Estado (Administração Indireta)	128	63,4
Não sabe/ não respondeu	53	26,2
Por organizações sociais	17	8,4
Por fundações estatais	4	2,0
Pela iniciativa privada	-	-
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Na seqüência, a amostra foi inquirida sobre quais ferramentas de controle interno seriam necessárias para a gestão das universidades. Os controles institucionais dizem muito sobre o comportamento, a natureza e o grau de democratização. Os modelos de controle são responsáveis por organizar a prática institucional, indicando suas prioridades e instâncias e critérios de decisão.

Um contingente considerável (31,7%) manifesta-se favorável à manutenção dos atuais procedimentos burocráticos (concurso/meritocracia/licitações/RJU), sendo que uma fração diminuta (3,5%) opta por aprofundar tais procedimentos. Provavelmente, a resistência em aprofundar os procedimentos burocráticos explicita a aversão que o público geral tem ao termo “burocracia”, representativo, para o senso comum, de práticas lentas e pouco efetivas (Tabela 88).

No entanto, a maioria (48%) reconhece a necessidade de combinar procedimentos burocráticos com democráticos. Se for somada a aprovação dos controles burocráticos e dos burocráticos e democráticos, chega-se a 79% de reprovação às formas, veladas ou não, de gestão privada (Tabela 88).

Somente 2,5% dos entrevistados optaram por controles combinados, burocráticos e por resultado, sendo este último típico da administração privada e

utilizado em larga escala por OSs. É curioso que tal índice seja bem inferior àquele que, na questão anterior, demonstrava a adesão de docentes à gestão de OSs, visto que este é o padrão típico de controle das organizações sociais.

Por outro lado, os resultados majoritários das questões 86 e 87 permitem-nos afirmar que os participantes do 30º Congresso são flagrantemente favoráveis à manutenção da educação superior sob provisão e gestão públicas estatais e através de controles igualmente públicos e democráticos.

Tabela 88 – Preferência por modelos de controle interno da Universidade de acordo com os participantes do 30º Congresso do ANDES-SN - 2011

Modelo de controle interno	N.º	%
Manter o modelo burocrático usual	64	31,7
Aprofundar o modelo burocrático	7	3,5
Combinar o modelo burocrático com o controle por resultado	5	2,5
Combinar o modelo burocrático com controles democráticos (assembléias e conselhos)	97	48,0
Utilizar exclusivamente os controles por resultado	0	0,0
Não sabe/ não respondeu	53	26,2
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

A Nova Gestão Pública¹⁴ reconhece que as instituições devem conferir aos usuários de serviços sociais a condição de cliente, focando-se nas demandas dos mesmos, tal como se prescreve para qualquer empresa privada no ambiente de mercado. Indagados sobre qual o foco da universidade, os participantes do congresso registraram através de um índice muito baixo, 3,5%, sua aprovação ao foco no cliente, de inspiração privada e típico das Organizações Sociais. É um percentil próximo àquele que aprova o controle por resultado, mas ainda não condizente com àquele que aprova a gestão das OSs.

De forma arrebatadora, quase 90% dos entrevistados optaram por defender um tratamento ao estudante que extrapole os limites do mercado, confirmando a inclinação anti-privatista e republicana.

Havia também uma opção que contemplava uma concepção de educação descolada do corpo discente, cujos controles e focos sejam estipulados sem levar em consideração aqueles e aquelas que fazem uso do serviço. Expressaria, portanto, uma visão auto-referenciada da burocracia.

¹⁴ De forma geral, a nova gestão pública busca adequar a administração à luz das práticas de gestão da iniciativa privada.

Tabela 89 – Opinião dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN sobre formas de tratamento dos destinatários dos serviços públicos - 2011

Como tratar o destinatário do serviço	N.º	%
Foco no cliente	7	3,5
Tratar a cidadania para além das demandas do mercado	180	89,1
Qualidade não passa pela relação com o estudante	4	2,0
Não sabe/ não respondeu	11	5,4
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Indagou-se também sobre a concepção de Estado que subsiste na militância docente representada pelo ANDES-SN. Quatro são as perspectivas possíveis: a) a visão estruturalista e dura do Estado, típico de um marxismo mecanicista; b) a visão que contempla as dimensões institucional e funcional do Estado, típico de um marxismo heterodoxo, que polemiza com a estruturalista; c) a visão que consagra a burocracia como classe dominante; e d) a visão idealista, ingênua, weberiana da imparcialidade do Estado.

Foram muito próximos os percentuais captados para as concepções mecanicistas (28,7%) e heterodoxas (26,7%), e somadas representam 55,4% do público entrevistado (Tabela 90).

Apesar de expressivos conjuntamente, tais percentuais são superados pela visão ingênua ou idealista (34,2%) que, espera-se ser dominante na base do sindicato, mas não em suas direções. Esta visão, que ignora a dimensão funcional do Estado, ou seja, ignora os condicionantes classistas que amarram as políticas públicas, tendendo a reconhecer que os problemas sociais, políticos e econômicos têm suas soluções na dimensão administrativa, sobretudo nas boas intenções dos dirigentes do poder Executivo. Ao mesmo tempo, tal perspectiva minimiza ou descarta o horizonte de ruptura com a ordem capitalista, uma vez que soluções na ordem vigente seriam possíveis.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que, tanto a visão marxista heterodoxa quanto a visão idealista, são portadoras de esperanças de transformações consideráveis na máquina administrativa resultantes de pressões de naturezas distintas. Isto implica para o sindicato o reconhecimento da via negocial e de possíveis disputas no interior do aparelho.

Tabela 90 – Opinião dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN sobre o Estado - 2011

O que é o Estado?	N.º	%
Estado como expressão exclusiva dos interesses da classe dominante	58	28,7
Estado como portador de uma dimensão funcional e institucional	54	26,7
Estado como expressão dos interesses da burocracia	4	2,0
Estado como instrumento capaz de garantir o bem comum	69	34,2
Não sabe/ não respondeu	17	8,4
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

A Constituição de 1988 consagrou o controle social das políticas públicas, fazendo, para tanto, uso dos conselhos. No caso da saúde, além dos conselhos municipais, estaduais e nacional, são comuns conselhos por unidade de atendimento. Estes representam gestores, trabalhadores e usuários. Desde os anos 1990, a partir da reforma administrativa, os controles sociais foram desidratados, despolitizados e deslocados para a esfera das relações de consumo, uma vez que o cidadão passou a ser tratado como consumidor ou cliente. A pesquisa interessava-se pela perspectiva que os dirigentes do movimento docente possuem sobre o controle social, tendo a saúde como parâmetro (SPOSATI; LOBO, 1992).

O resultado deve ser analisado, primeiramente, pelo número daqueles que não souberam ou não responderam. Foram 25,7%, mais de ¼, que se abstiveram. Tais números podem demonstrar que o debate acerca do controle social na Universidade é estranho ou desinteressante (Tabela 91).

De outra forma, a segunda alternativa reforça a suspeita de que uma compreensão distorcida da autonomia universitária produza a certeza de que as IES não precisam sofrer controles, inclusive os sociais. Ela foi referendada por 25,7% dos entrevistados (mesmo valor das abstenções), os quais se satisfazem com os conselhos internos que compõem as instâncias deliberativas das universidades.

Todavia, a maioria simples (43,6%) compreende que os mecanismos de controle vigentes para a Universidade não são suficientes, exigindo a ampliação da participação para os moldes da saúde, contemplando a presença de gestores, trabalhadores e representantes da sociedade civil.

Tabela 91 – Opinião dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN sobre mecanismos de controle social na educação - 2011

A Educação deve submeter-se aos mecanismos de controle social usuais na Saúde?	N.º	%
Não, porque a natureza dos serviços é distinta	10	5,0
Não, porque os mecanismos internos de participação já são suficientes	52	25,7
Sim	88	43,6
Não sabe/ não respondeu	52	25,7
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Por fim, os participantes foram indagados sobre qual seria a agenda de reformas para o país. Com bandeiras genéricas e curtas será permitido que a pesquisa conheça a temática, sem perceber, necessariamente, seu conteúdo político. Em boa medida, a agenda de reformas é apresentada cotidianamente nos meios de comunicação, reforçando demandas do grande capital. A reforma tributária é, para a grande mídia, uma das pedras de toque em virtude da suposta “elevada carga tributária” de que o país é vítima. Com mesmo relevo coloca-se a necessidade da reforma política, com o intuito de aperfeiçoar o sistema de representação e dirimir os desvios dos mandatários.

Novamente é preciso dar ênfase à grande abstenção expressa na questão. Foram 15,3% de participantes desinteressados em apontar uma reforma prioritária para a agenda governamental (Tabela 92).

O item que recebeu a maior parte das atenções foi o referente à reforma política, com 38,1%. Em seguida aparece a reforma tributária que, de acordo com a primeira síntese foi a melhor opção para 22,3%. Neste caso deve-se operar um ajuste, pois quatro optantes pelo item “outras” fizeram menção expressa pela reforma tributária. Deste modo, o índice saltaria para 24,25%.

A reforma previdenciária, que trouxe enorme prejuízo para a categoria durante o governo Lula, recebeu apenas 10,4% das opções.

E, por fim, a reforma administrativa, comprovando a tese da bibliografia que atesta a baixa relevância do tema no imaginário coletivo, carregou somente 6,9% das opções.

Tabela 92 – Opinião dos participantes do 30º Congresso do ANDES-SN sobre as reformas consideradas prioritárias na agenda governamental - 2011

Qual reforma prioritária deveria constar na agenda governamental	N.º	%
A previdenciária	21	10,4
A política	77	38,1
A tributária	45	22,3
A administrativa	14	6,9
Outra	14	6,9
Não sabe/ não respondeu	31	15,3
Total	202	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo.

Bibliografia

- ANDES-SN. *Carta de Uberlândia – 30º Congresso do ANDES-SN*. Uberlândia: ANDES-SN, 2011a.
- _____. *Relatório do 30º Congresso Nacional do ANDES-SN*. Uberlândia: ANDES-SN, 2011b.
- FERREIRA, L. L. *Relações entre o trabalho e a saúde de professores na educação básica no Brasil*. São Paulo: Fundacentro, 2007.
- FERREIRA, L. L.; ARAÚJO, T. M.; LOPES, J. H. L. *O trabalho de professores na educação básica da Bahia*. São Paulo: Fundacentro, 2009.
- FORACCHI, M. M., *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- INEP. *Censo da Educação Superior*. Brasília: INEP, 2009.
- LEHER, R.; LOPES, “A. Trabalho docente, carreira e autonomia universitária e mercantilização da educação”. In: *Anais do VII Seminário Redestrado*, Buenos Aires, 3-5 de julho de 2008.
- LEITE, M. P.; SOUZA, A. N. *Condições do trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil: resenhas*. Campinas, Unicamp/Faculdade de Educação/Fundacentro, vol. 1 e 2, 2006.
- _____. *Condições do trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da educação básica no Brasil: estado da arte*. Campinas: Unicamp/Faculdade de Educação/Fundacentro, 2007.
- MATTOS, F.; PESSOA, E.; BRITTO, M. A. ; FIGUEIREDO, S., *Emprego público no Brasil: comparação internacional e evolução recente*. Texto para Discussão (IPEA), v. 19, p. 1-17, 2009.
- RIDENTI, M. S. Representação política e sindical dos professores universitários. *Cadernos de Pesquisa*, Araraquara, Unesp, n. 93, maio de 1995.
- GADOTTI, M. Estado e sindicalismo docente: 20 anos de conflitos. *Revista ADUSP*, São Paulo, p. 14-20, dez. 1996.
- NAVARRO, I. *ANDES-SN: Um sindicato de intelectuais*. Cuiabá: Editora da ADUFMAT, 2001.
- OTRANTO, C. R. Movimento Sindical Docente: História e Crise. *Revista da Universidade Rural*, v.22, n. 2, jul.-dez 2000.
- PHILIPPI, P. C.; LISBOA, A. M. “Perspectivas do sindicalismo na universidade”. *Revista Espaço Acadêmico*, n.123, agosto de 2011. Disponível em: <<http://eduemojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12725/7610>>. Acesso em 28/03/2012.

SENNET, R. *A Corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*.
Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

SPOSATI, A. LOBO, E. Controle social e políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol.8 n.4, p.366-378, out.dez., 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v8n4/v8n4a03.pdf>>. Acesso em 04/05/2012.

Anexos

		Não é membro da diretoria	Membro da diretoria	Não respondeu	Total
Entre 26 e 30 anos	Especialização	0	1	0	1
	Mestrado	2	6	1	9
	Total	2	7	1	10
Entre 31 e 40 anos	Graduação	1	0	0	1
	Especialização	1	1	0	2
	Mestrado	9	8	0	17
	Doutorado	8	2	1	11
	Pós-doutorado	1	0	0	1
	Total	20	11	1	32
Entre 41 e 50 anos	Mestrado	14	16	1	31
	Doutorado	18	19	0	37
	Pós-doutorado	2	6	0	8
	Total	34	41	1	76
Entre 51 e 60 anos	Especialização	3	4	0	7
	Mestrado	7	14	0	21
	Doutorado	7	12	0	19
	Pós-doutorado	3	1	0	4
	Total	20	31	0	51
Entre 61 a 74 anos	Graduação	0	1	0	1
	Especialização	5	1	1	7
	Mestrado	3	7	0	10
	Doutorado	3	4	1	8
	Pós-doutorado	1	4	0	5
	Total	12	17	2	31

N ã o respondeu	Especialização	0	0	1	1
	Doutorado	1	0	0	1
	Total	1	0	1	2

Fonte: Pesquisa de Campo.

	N	%
Humanas	57	28,2
Ciências da saúde	13	6,4
Sociais aplicadas	12	5,9
Ciências agrárias	12	5,9
Ciências exatas	12	5,9
Engenharias	9	4,5
Ciências biológicas	5	2,5
Linguística	5	2,5
Saúde, humanas e humanas	4	2
Ciências humanas, humanas e multidisciplinar	4	2
Sociais aplicadas, humanas e sociais aplicadas	3	1,5
Ciências humanas, humanas e sociais	3	1,5
Exatas, engenharias e engenharias	2	1
Engenharias, engenharias e exatas	2	1
Exatas, humanas e humanas	2	1
Ciências da saúde, humanas e saúde	2	1
Ciências agrárias, biológicas e biológicas	2	1
Sociais aplicadas, multi e sociais	2	1
Ciências biológicas, humanas e humanas	2	1
Ciências agrárias, agrárias e multidisciplinar	2	1
Ciências humanas, humanas e saúde	2	1
Sociais aplicadas, humanas e linguística	1	0,5
Biológicas, biológicas e agrárias	1	0,5
Biológicas, saúde e saúde	1	0,5
Exatas, multidisciplinar e exatas	1	0,5
Ciências humanas, humanas e engenharias	1	0,5
Ciências agrárias, exatas e exatas	1	0,5

Humanas, multidisciplinar e saúde	1	0,5
Exatas, humanas e exatas	1	0,5
Linguística, humanas e lingüística	1	0,5
Sociais aplicadas, humanas e humanas	1	0,5
Ciências biológicas, humanas e biológicas	1	0,5
Ciências biológicas, agrárias e biológicas	1	0,5
Multidisciplinar, exatas e exatas	1	0,5
Linguística, multidisciplinar, multidisciplinar	1	0,5
Engenharias, sociais e engenharias	1	0,5
Ciências biológicas, humanas e multidisciplinar	1	0,5
Ciências humanas, humanas e linguística	1	0,5
Ciências da saúde, biológicas e saúde	1	0,5
Ciências humanas, multidisciplinar e sociais	1	0,5
Engenharias, biológicas e biológicas	1	0,5
Ciências exatas, engenharias e exatas	1	0,5
Ciências humanas, multi e multidisciplinar	1	0,5
Ciências da saúde, saúde e humanas	1	0,5
Multidisciplinar, humanas e humanas	1	0,5
Humanas, saúde e saúde	1	0,5
Exatas, exatas e multidisciplinar	1	0,5
Engenharias, exatas e engenharias	1	0,5
Ciências agrárias, biológicas e agrárias	1	0,5
Ciências humanas, sociais e lingüística	1	0,5
Ciências da saúde, multi e saúde	1	0,5
Ciências agrárias, biológicas e multidisciplinar	1	0,5
Ciências exatas, saúde e multidisciplinar	1	0,5
Sociais aplicadas, sociais e humanas	1	0,5
Engenharias, exatas e exatas	1	0,5
Ciências humanas, sociais e multi	1	0,5
Linguística, sociais e lingüística	1	0,5
Ciências da saúde, sociais e saúde	1	0,5
Ciências sociais, linguística e sociais	1	0,5
Ciências exatas, exatas e sociais	1	0,5

NS/NR	6	3
Total	202	100

Fonte: Pesquisa de Campo.

	Membro da diretoria	Não é membro da diretoria	Não respondeu	Total
O Estado e seus aparelhos são, e sempre foram, um balcão de	31	23	4	58
O Estado e seus aparelhos, não obstante sua dimensão funcion	27	27	0	54
O Estado e seus aparelhos expressam o interesse exclusivo de	3	1	0	4
O Estado, se bem administrado e com leis corretas, pode bene	36	32	1	69
Não sabe/ não respondeu	10	6	1	17
Total	107	89	6	202

Fonte: Pesquisa de Campo.